

PAOLA GARCIA FERREIRA

**A REDE DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO
MUNICÍPIO DE PONTE NOVA/MG E OS DESDOBRAMENTOS DE AÇÕES
PARA MULHERES RURAIS: O ÔNIBUS LILÁS EM PERSPECTIVA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2018

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

F383r
2018
Ferreira, Paola Garcia, 1989-
A rede de enfrentamento da violência contra mulheres no município de Ponte Nova/MG e os desdobramentos de ações para mulheres rurais : o ônibus lilás em perspectiva / Paola Garcia Ferreira. – Viçosa, MG, 2018.
xii, 85 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexo.

Orientador: Douglas Mansur da Silva.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 82-85.

1. Violência contra as mulheres rurais - Prevenção.
2. Mulheres do campo. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. II. Título.

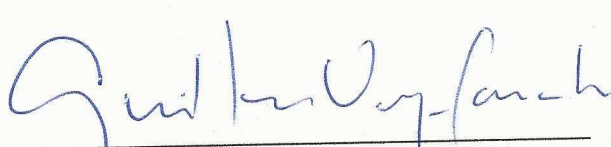
CDD 22. ed. 362.83

PAOLA GARCIA FERREIRA

**A REDE DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS
MULHERES NO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA/MG E OS
DESDOBRAMENTOS DE AÇÕES PARA MULHERES RURAIS: O
ÔNIBUS LILÁS EM PERSPECTIVA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 12 de julho de 2018.



Guillermo Vega Sanabria



Maria de Fátima Lopes



Douglas Mansur da Silva
(Orientador)

AGRADECIMENTOS

Ao Pai criador, pelo sopro da vida e pela fé instaurada em meu coração.

À CAPES, que possibilitou por meio da bolsa de estudos, o desenvolvimento desta pesquisa. Ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, com seus professores, secretários e demais colaboradores, pelo empenho em auxiliar no bom andamento da vida acadêmica de seus pesquisadores.

Ao professor Douglas Mansur da Silva, por todo o apoio intelectual, paciência e principalmente pela sua humildade e humanidade em entender as dificuldades que muitas vezes norteiam a vida dos pesquisadores. Agradeço por entender e respeitar minhas limitações em meio a todo o trabalho e inexperiência enquanto pesquisadora, principalmente nos momentos em que precisei lidar paralelamente com o meu bem estar psicológico e social, junto à necessidade de foco e concentração no desenvolvimento de uma pesquisa árdua. Obrigada por confiar em mim e nesta pesquisa.

À minha mãe Luzenilda, por todo amor incondicional, por ser minha inspiração na vida. Uma mulher forte que representa meu pilar e minha força frente às injustiças que tantas mulheres enfrentam em sociedade. Obrigada por sempre estar presente, se fazendo calmaria nos momentos de tormenta e por se manter forte nos momentos de maior dificuldade, transmitindo a mim essa força. A meu pai, José Garcia, meu primeiro incentivador, que por meio de todo o sacrifício e determinação lutou pela minha maior herança, “aquela que ninguém pode tirar de mim” (inspirada nessa frase dita por ele tantas vezes), meus estudos e conhecimento, ensinando-me a não deixar de acreditar na educação. Agradeço a vocês por todos os ensinamentos, conselhos e carinho, que compõe de forma muito especial minhas memórias, pelos valores transmitidos, muitas vezes com palavras duras, preparando a mim e a meus irmãos para o desafio que é viver neste mundo. Obrigada por me ensinarem que todo sacrifício e trabalho árduo tem sua recompensa. Mais grata ainda sou por terem se feito presença por meio do DIÁLOGO. Com vocês aprendi que família não é suporte financeiro, é presença que se faz nas palavras duras e no afago, é sermão que dói nos filhos e nos pais, é o carinho onde é necessário carinho, é a dureza onde é necessária a dureza. Foi na presença cotidiana de vocês, acompanhando-me sempre de tão perto e ao mesmo tempo dando-me a autonomia necessária para voar com minhas próprias asas, que aprendi o que é ser

família. É ser união, é ser presença, é ser cúmplice, é ser amor nas pequenas coisas, é andar de mãos dadas e “ser um por todos e todos por um”. Enfim, obrigada por me ensinarem que nesta vida não são os bens materiais os de importância e sim os bons sentimentos que carregamos no coração, sem nunca nos esquecer do quanto somos afortunados e olhando sempre para aqueles que de fome morrem, de dor padecem e de pobreza são envolvidos o espírito. A vocês a minha mais sincera gratidão.

À minha irmã Pâmela por todo o apoio, amor fraterno e por ser minha primeira amiga e confidente. Por ser de mim diferente e nessa diferença construímos nosso respeito e amor. Agradeço ao Adriano, sempre tão prestativo e preocupado com meu bem estar e conforto e mais do que tudo, por junto a Pâmela ter me presenteado com a Livia e a Vitória, pedacinhos idênticos de amor, açúcar que adoça minha vida.

A meu irmão Alexandre, por todo o suporte, carinho e cuidado, por tomar conta de mim como a irmã caçula que sou. À Janaina por me colocar em suas preces, desejando o melhor para mim e para a pesquisa aqui desenvolvida. Agradeço por me presentear com a Teresa, alegria que chegou em meio à turbulência, a quem espero ansiosamente pelo primeiro sorriso.

À professora Paula Dias Bevilacqua por toda sua colaboração em meu trabalho, por sua sinceridade e esforço em contribuir de forma positiva para uma melhor estrutura da pesquisa, e por todo o exemplo inspirador que antecedeu este momento.

Às professoras Daniela Leandro Rezende e Maria de Fátima Lopes por toda a paciência, contribuição teórica e carinho com o qual trataram este trabalho, ajudando-me a entender e encontrar meu caminho dentro desta pesquisa, bem como pelas palavras de força e compreensão. Ao professor Guilherme por aceitar compor este trabalho valorizando-o ainda mais com suas contribuições.

Agradeço também a todos os profissionais da rede de atendimento em Ponte Nova/MG que colaboraram com o desenvolvimento desta pesquisa, que disponibilizaram de seu tempo em meio às atribuições de trabalho para me ouvir e me ajudar, principalmente por entenderem a importância do trabalho aqui desenvolvido.

À Débora, ternura em forma de mulher, quem com carinho sempre me ouviu, sorriu e chorou junto comigo, exemplo de fortaleza, de luta e esperança. Obrigada pela amizade que me fortalece mais a cada dia.

A meu amigo Francis, que com carinho me entendia e em meu socorro sempre foi contribuindo com seu apoio e amizade. Obrigada por ter me ajudado a concluir mais esse ciclo tão importante em minha vida e por sempre viabilizar meios para meu bem estar.

Agradeço com um carinho fraternal a meus colegas de curso e amigos de uma vida, Janayna, Beatriz e Igor. Obrigada pela alegria e descontração, que trouxeram a leveza nos momentos difíceis, estando do meu lado, mesmo quando não merecia me fazendo ausente. Vocês são pessoas incríveis.

A Ray, Rafaela, Alyx e Théo pela amizade e olhar de respeito que sempre me direcionaram, fazendo-me grande quando me sentia pequena, dando-me sempre incentivo como uma mulher merecedora de grandes conquistas.

Agradeço também aos amigos Rodrigo e Guilherme que aos quarenta e cinco minutos do segundo tempo, ainda se mantiveram de pé ao meu lado, fortalecendo ainda mais nossa amizade por meio de todo apoio, abrigo e gargalhadas.

A Felipe, meu companheiro e fiel escudeiro. Palavras nunca serão suficientes para expressar toda a minha gratidão. Obrigada por ter feito presença nesta etapa de caminhos estreitos, como meu primeiro crítico e leitor, por lidar com paciência em meus momentos de maior ansiedade, ausência e desespero, me segurar nos momentos de fraqueza, e tornar leve minha vida com o sorriso que só você tem. Mais ainda sou grata por se desconstruir junto comigo, tornando-se um homem melhor a cada dia, um homem que entende as violências que sofrem as mulheres e respeita a nossa luta como algo legítimo e importante. Graças a isso vivenciamos o melhor de nós dois com igualdade, respeito e carinho. Agradeço por me lembrar que “Determinação herdada! Enquanto as pessoas continuarem buscando o sentido da liberdade, o destino dessa era e o sonho das pessoas, tudo isso jamais deixará de existir”. Seu amor me fortaleceu, é também seu este trabalho.

Maria, Maria

É um dom, uma certa magia

Uma força que nos alerta,

Uma mulher que merece

Viver e amar

Como outra qualquer no planeta

(Milton Nascimento)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CMDM Conselho Municipal da Mulher

CRAS Centros de Referência de Assistência Social

CREAS Centro de Referência Especializado de Assistência Social

EMATER Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

LMP Lei Maria da Penha

ODMs Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

SEMASH Secretaria de Assistência e Habitação

SEMSA Secretaria de Saúde

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1.0 – Unidade Móvel de atendimento às Mulheres em Situação de Violência

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.0 - Tipos de violência com base na Lei 11.340/2006 Art. 7º

Quadro 2.0 - Principais características da Rede de Enfrentamento e da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência

Quadro 3.0 - Estruturação da Rede de atenção a Pessoas em Situação de Violência – Passo a Passo

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1.0 - Taxas de homicídio de mulheres (por 100 mil) em 83 países do mundo

Tabela 2.0 - Número e estrutura (%) de atendimentos de mulheres pelo SUS, segundo tipo de violência e etapa do ciclo de vida. Brasil. 2014

Gráfico 1.0 - Meios utilizados nos homicídios masculinos e femininos em (%) Brasil, 2010

RESUMO

FERREIRA, Paola Garcia, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2018. **A rede de enfrentamento da violência contra mulheres no município de Ponte Nova/MG e os desdobramentos de ações para mulheres rurais: O ônibus lilás em perspectiva.** Orientador: Douglas Mansur da Silva.

Esta pesquisa desenvolve uma reflexão em torno do trabalho realizado em rede no município de Ponte Nova/MG, no que se refere ao enfrentamento da violência contra mulheres, principalmente mulheres rurais, realizado pelas instituições formais de atendimento e encaminhamento a mulheres em situação de vulnerabilidade. Inicialmente o foco foi compreender se por meio do trabalho realizado pelos profissionais do município que compõe esse grupo, bem como por meio de medidas voltadas para o enfrentamento da violência no município, as mulheres que residem no campo, eram também contempladas. Durante o processo de desenvolvimento do trabalho, mais do que averiguar as ações que se destinam para uma mudança nas condições de vida das mulheres rurais, identificou-se de forma primordial a implantação da Unidade Móvel de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres. A presença no município do também conhecido ônibus lilás, fez com que se voltasse o olhar para o mesmo de forma mais pertinente, justamente por ser a operacionalização deste, reflexo de política que busque driblar a distância geográfica enfrentada até as instituições pelas mulheres rurais. O ônibus que foi disponibilizado pelo governo federal, está presente no município desde o ano de 2015, sendo implementado nos anos de 2016 e 2017. A ideia do ônibus é que se realize um trabalho para levar informação, atendimento e encaminhamento itinerante de acordo com a necessidade identificada pelo município nas regiões que o compõe. Para tanto se realizou entrevistas semiestruturadas com profissionais que compõe as instituições da rede, revisão bibliográfica sobre a temática, uma maior convivência com os profissionais que atuavam de forma mais frequente nas viagens realizadas pelo ônibus, análise de todos os relatórios da Unidade Móvel de atendimento dos anos de 2016 e 2017, bem como acesso a algumas atas relacionadas à questão do enfrentamento da violência contra as mulheres rurais no município. Dessa maneira apresentamos a realidade do município frente à implementação do ônibus, suas características, desenvolvimento das atividades concernentes às viagens realizadas pelo ônibus, quem é o público alvo, quem são os responsáveis pelo bom funcionamento da Unidade Móvel, que tipo de informação é levada, no intuito de entender melhor as atividades do mesmo, principalmente por ser este uma operacionalização recente.

ABSTRACT

FERREIRA, Paola Garcia, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, July, 2018. **Network of coping with violence against women in the municipality of Ponte Nova/ Mg and the unfolding of actions for rural women: The service in perspective.** Adviser: Douglas Mansur da Silva.

This research develops a reflection about the work carried out in a network in the municipality of Ponte Nova / MG, regarding the confrontation of violence against women, mainly rural women, carried out by the formal institutions of care and referral to women in situations of vulnerability . Initially the focus was to understand if, through the work carried out by the professionals of the municipality that compose this group, as well as through measures aimed at coping with violence in the municipality, the women who live in the countryside were also contemplated. During the process of development of the work, rather than ascertaining the actions that are intended to change the living conditions of rural women, the implementation of the Mobile Unit to Combat Violence Against Women was identified in a primordial way. The presence in the municipality of the well-known lilac bus made it possible to look at it in a more pertinent way, precisely because it is the operationalization of this, a reflection of a policy that seeks to circumvent the geographic distance faced by rural women. The bus that was made available by the federal government, has been present in the municipality since 2015, and is implemented in 2016 and 2017. The idea of the bus is to carry out work to bring information, service and itinerant routing according to the need identified by the municipality in the regions that compose it. For that, we conducted semi-structured interviews with professionals that make up the network's institutions, a bibliographical review on the subject, a greater coexistence with the professionals who worked more frequently in the trips made by the bus, analysis of all the reports of the Mobile Unit of attendance of the years of 2016 and 2017, as well as open interviews that took place during the interactions in the research space. In this way we present the reality of the municipality in front of the implementation of the bus, its characteristics, development of the activities related to the trips made by the bus, who is the target public, who are responsible for the proper functioning of the bus, what kind of information is taken for the purpose to understand better the activities of the same, mainly because this is a recent operation.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: PERSPECTIVAS DE ANÁLISE	7
2.1 VIOLÊNCIA: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E SOCIOLOGICAS	7
2.2 VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E SUAS INTER SECCIONALIDADES	11
2.3 AS DIVERSAS EXPRESSÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES	15
2.4 A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES EM NÚMEROS	19
2.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO	33
3 POLÍTICAS E FORMAS DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES	34
3.1 MOBILIZAÇÕES EM TORNO DOS DIREITOS E POLÍTICAS PARA MULHERES: ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS	34
3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES	39
3.2.1 A Lei Maria da Penha	43
4 UMA PERSPECTIVA DO TRABALHO EM REDE NO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA/MG: AS POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA PARA MULHERES RURAIS	47
4.1 UMA REFLEXÃO ACERCA DA DEFINIÇÃO DE REDE	47
4.2 A REDE DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA/MG	53
4.2.1 A rede vista a partir de seus profissionais	56
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
ANEXO 1 – FOTOS REFERENTES AS VIAGENS REALIZADAS PELA UNIDADE MÓVEL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos anos, tem crescido em números os estudos que buscam analisar questões voltadas para o meio rural, na busca de entender não apenas suas especificidades, mas também suas semelhanças em relação ao urbano. Neste mesmo sentido, muitos pesquisadores têm voltado o olhar para a violência em que se encontram as mulheres rurais.

Estas mulheres com modos de vida rural, ao mesmo tempo em que experimentam situações relacionadas à condição da mulher em sociedade, por outro lado, em sua grande maioria lidam com a distância das instituições que prestam atendimento e encaminhamento a pessoas em situação de vulnerabilidade, locais estes normalmente situados nas zonas urbanas.

Antes de prosseguir, é preciso estabelecer diferenciações sobre o ‘rural’ e o ‘urbano’ que concordam com este trabalho. Bagli (2006) estabelece ‘campo’ e ‘cidade’ como espaços e ‘rural’ e ‘urbano’ como modo de vida. Para esta autora a redefinição do rural e do urbano exige a compreensão das diferenças e conexões entre os dois espaços. Assim interpreta que campo e cidade são construções sociais, pois são produto de vivências diferenciadas sendo o conteúdo vivenciado naquele espaço o definidor de normas e comportamentos no rural ou no urbano.

Campo e cidade, “materializam-se e compõe as paisagens produzidas pelo homem; urbano e rural são os conteúdos da prática de cada sujeito, cada instituição, cada agente na sociedade.”. (WHITACKER, 2010:191)

Entende-se, portanto que as mulheres rurais com seus modos de vida rural vivenciam relações sociais que podem se diferenciar das mulheres que residem nas cidades. Com diferentes valores e tradições que geram padrões de comportamento entre homens e mulheres que podem ou não se expressar por meio da violência. Ou mesmo que, dificultem o acesso dessas mulheres a políticas de enfrentamento.

Dito isto, esta dissertação tem como objetivo central analisar um processo local de criação de ações, que extrapola a esfera do Estado, voltadas para o enfrentamento da violência contra as mulheres rurais e averiguar como tem sido sua operacionalização.

Para tanto, o foco da pesquisa recai sobre a análise do trabalho da rede de enfrentamento da violência contra mulheres no município de Ponte Nova/MG.

De forma específica, busco compreender as condições e demandas que possibilitaram a implantação de uma das Unidades Móveis para Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, o ônibus lilás, destinado ao atendimento itinerante em zonas onde é difícil o acesso a instituições que prestam atendimento a mulheres em situação de vulnerabilidade.

Foi em 2011, durante a IV Marcha das Margaridas, em homenagem à líder sindical e símbolo de resistência contra a violência no campo, Margarida Maria Alves, que 70 mil mulheres do campo e da floresta se mobilizaram em Brasília. Lá, receberam uma promessa da até então presidenta Dilma Rousseff: as Unidades Móveis para Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, destinada pelo Governo Federal ao atendimento das mulheres rurais. Um ônibus adaptado para percorrer, de forma itinerante, todo o interior dos Estados. (Brasil – SPM, 2013)

Contudo, é importante destacar que o caminho pelo qual se guiou a pesquisa é reflexo de minha própria trajetória feita até aqui enquanto pesquisadora e mulher, que inspirou juntamente a outros fatores, minha escolha pelo município e o tema a ser trabalhado.

Em primeiro lugar, a complexidade de conceitos e temas como gênero e violência apresenta diversas ramificações e dinâmicas passíveis de discussão, e sempre me despertaram interesse. A trajetória de contato com metodologias participativas junto à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, em alguns municípios, realizada por meio de projetos de extensão durante o período de graduação no curso de História, me possibilitou um novo olhar, antes desconhecido, acerca da violência contra a mulher no meio rural.

Percebi ser este assunto, ao mesmo tempo relegado à invisibilidade e ao esquecimento público. Assim, o mestrado na área de Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa me possibilitou trabalhar com um contexto em que volto o olhar para as ações que, de alguma forma, buscam contemplar as mulheres rurais.

Assim sendo, escolhi trabalhar com violência contra mulheres rurais, que é reflexo de grande parte dos processos que passei em minha formação profissional, mas

principalmente compõe a minha visão de mundo sobre a violência diária que nós mulheres enfrentamos, por ser eu também vítima dessas violências.

Inclusive, é viável dizer que foi um grande passo poder olhar mais para as mulheres que residem nas zonas rurais, mas reconhecer o tema trabalhado como algo difícil e desafiador é uma atitude crucial a quem pretende pesquisar sobre o assunto, uma vez que são diversas as negociações e nuances em jogo na temática do enfrentamento à violência contra as mulheres rurais. Isso só despertou ainda mais meu interesse acerca da importância da realização da pesquisa, possibilitando maior visibilidade às mulheres do meio rural e suas vicissitudes.

Já em relação à escolha do campo empírico onde foi desenvolvida a temática desta pesquisa, é correto dizer que um dos fatores incide sobre o fato de ser eu moradora da cidade de Viçosa/MG, que fica a alguns quilômetros do município escolhido para a pesquisa, onde pude me atentar para a cidade de Ponte Nova/MG com base em experiências anteriores em projetos, através dos quais pude ter acesso a algumas informações sobre o trabalho que é realizado na cidade.

Em um primeiro processo, cheguei ao meu campo de pesquisa cheia de intenções e tentativas e foi justamente em um pré-campo que houve a inspiração que me levou a escolher o município de Ponte Nova/MG, de forma efetiva, como campo de desenvolvimento da pesquisa.

Foi neste local onde pude identificar a presença da Unidade Móvel de Atendimento a Mulheres em Situação de Violência, instaurada em 2015 na cidade. Em um processo inicial da minha interpretação, ainda muito imatura, de pesquisadora, considerei a princípio que a implantação do ônibus lilás poderia representar um grande avanço ao driblar a distância geográfica das instituições de atendimento que recaem sobre as mulheres rurais.

Figura 1.0 – Unidade Móvel de atendimento às Mulheres em Situação de Violência



Fonte: Arquivo do CREAS/PN - Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Ponte Nova/MG.

E ao expor isso é que apresento a metodologia escolhida para a realização deste trabalho, que inclui uma perspectiva mais embasada nas vozes dos profissionais que compõe a rede de atendimento e a manutenção das atividades do ônibus lilás.

Para tanto me debrucei sobre bibliografia embasada em temas centrais para a pesquisa como violência, violência contra a mulher e suas políticas de enfrentamento, gênero, trabalho em rede e especificidades do modo de vida das mulheres rurais. Além de temas transversais como Lei Maria da Penha, concepções sobre o rural e o urbano, Unidade Móvel para Atendimento as Mulheres em situação de Violência, entre outros, ao que se seguiu a catalogação e análise desse material.

No que concerne à metodologia, foi realizado um trabalho de investigação em campo no município por meio da interação com os profissionais que compõem a rede formal de atendimento, paralelamente à busca de materiais impressos e documentais. Sendo assim, durante esse processo, tive acesso, entre outros documentos, às relatorias dos deslocamentos realizados pelo ônibus, nos anos de 2016 e 2017, período a partir do qual iniciou seu funcionamento. Estas relatorias tratam justamente de uma perspectiva

baseada nas vozes dos profissionais que compõem a rede e que realizaram a descrição das atividades. Esse material inclui as oficinas, além de materiais e temas produzidos quando para as atividades do ônibus lilás.

Em vista disso, parte da minha análise recai sobre a interpretação sobre as próprias fontes utilizadas nas oficinas realizadas por meio do ônibus com o objetivo de levar informação sobre o enfrentamento da violência contra mulheres.

Uma técnica utilizada para investigação incluiu a aplicação e coleta de nove entrevistas semiestruturadas, que foram realizadas com os profissionais das instituições que manifestaram o desejo em compor as respostas. Dessa forma, se pode dizer que as entrevistas se deram de forma aleatória partindo do desejo e disponibilidade dos próprios profissionais.

Para a busca e obtenção de dados, têm-se também as Atas do Conselho Municipal da Mulher - CMDM de março a novembro de 2017, no intuito de identificar planos, ações e metas que tomem como foco a mulher rural e as dificuldades e obstáculos enfrentados por elas ou por quaisquer outros grupos de mulheres no que se refere à violência.

Tupy (2007) apresenta que a validade desses dados está justamente no fato de que hoje são diversas as formas assumidas como documentos que fundamentam os estudos históricos, advindo das mais diversas origens as informações sobre um determinado tema: jornais, revistas, livros, noticiários de rádio e televisão, filmes, documentários, entre tantas outras.

Desta forma, o contato com os textos escritos que foram utilizados nesta pesquisa provém de uma classificação de forma, conteúdo e principalmente por ser interpretado neste trabalho positivamente para o propósito de minha leitura e interpretação. Tornaram-se fontes primordiais por conterem informações diretas dos atores que compõe o processo de investigação desse estudo.

No que se refere ao meu processo de interação no campo de pesquisa, por meio das conversas realizadas com diversos profissionais, mas principalmente com aqueles que atuavam de forma mais efetiva nas atividades do ônibus, sentia que era sempre incentivada a desenvolver a pesquisa, bem como a direcionar o olhar para as atividades da rede e conseqüentemente do ônibus. De alguma forma, as expectativas dos sujeitos,

em campo, direcionaram em parte os rumos da pesquisa. Ouvi com frequência frases como: “as mulheres rurais vêm pouco aqui”, ou “é difícil pra elas, já que estão longe”, ou ainda, “a gente tenta, mas existem limitações em se atingir melhor a violência que é vivida pelas mulheres rurais”.

Dito isso, portanto, a justificativa em que se ancora a pesquisa se baseia tanto em sua relevância social quanto acadêmica, entendendo que a violência, apesar de atingir mulheres de um modo geral, atinge de forma diferenciada mulheres que residem no campo, pois estas carregam especificidades próprias de seu local de moradia e das relações que ali se desenvolvem.

Mediante o exposto percebi, durante meu período no campo de pesquisa que haveria inúmeras pesquisas em uma só, uma de minhas dificuldades, bem como um de meus desafios em condensar e expor de forma mais organizada possível todas as informações ali adquiridas, por meio da escrita. Assim, optei por dividir este trabalho em três capítulos, ao que se seguem as considerações finais, além desta introdução.

No capítulo um busco abordar de forma central o tema da violência e mais especificamente aquela praticada contra as mulheres, incluindo mulheres rurais, por meio de perspectivas de análise sobre o tema em áreas que têm sido centrais nessa produção do conhecimento, como as Ciências Sociais.

Salienta-se ainda, neste capítulo, a busca em relacionar os tipos mais comuns de violência enfrentados pelas mulheres, com foco naquela que ocorre no âmbito doméstico, interligando a elas as relações de gênero e poder que são estabelecidas socialmente. Aqui são apresentados também alguns dados internacionais, nacionais e regionais sobre a violência contra mulheres. E considerando-se que os efeitos de ações e políticas locais estão sempre em relação dialógica com processos sociais mais amplos, em uma primeira seção deste trabalho discuto sobre as formas como o fenômeno da violência e mais especificamente a violência de gênero tem sido abordada e enfrentada, seja em relação à produção de conhecimento em algumas áreas específicas, seja em relação às políticas públicas e movimentos sociais.

No capítulo dois discuto sobre as políticas e formas de enfrentamento da violência contra as mulheres, bem como as pautas em torno da luta pelos direitos e políticas para as mesmas, por meio de uma contextualização histórica e política, com ênfase na sociedade brasileira. Além de institutos gerais, como a Lei Maria da Penha, e as demandas para o meio rural, também a temática da violência com foco nas mulheres

rurais são englobadas neste momento da dissertação.

Por fim, no capítulo três exponho o meu trajeto no campo de pesquisa de forma mais aprofundada, abrangendo os processos, atores, instituições e desafios, buscando agregar à minha visão enquanto pesquisadora os dados obtidos, bem como contextualizá-los.

As considerações finais, por sua vez, retomam os principais argumentos e teses construídos ao longo do texto.

2 VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: PERSPECTIVAS DE ANÁLISE

Com diversas campanhas, ações e grupos que se empenham em prol do enfrentamento da violência contra mulheres, o debate em torno do tema, bem como sua importância tem sido altamente discutido nos últimos anos, principalmente se tratando de uma perspectiva de gênero. Assim sendo, as reflexões em torno das relações sociais de poder estabelecidas entre o masculino e o feminino, bem como os diversos tipos de violência vivenciados pelas mulheres tomam espaços no debate sobre o tema.

Sendo assim, é crucial situá-las dentro da perspectiva de violência vivida por elas. Apesar de analisar o fenômeno sobre as mulheres de uma forma geral, neste trabalho o foco recai sobre as mulheres rurais, pois estas vivenciam especificidades do seu modo de vida. Em vista disso, é necessário partir de uma discussão mais ampla da perspectiva de violência adentrando para um foco mais específico que incide sobre a manifestação da violência na vida das mulheres rurais.

2.1 VIOLÊNCIA: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E SOCIOLÓGICAS

A violência é um fenômeno complexo, que tem sido foco de discussão nos estudos acadêmicos, bem como assunto altamente debatido nas mídias brasileiras e internacionais. Considerá-la em uma perspectiva transdisciplinar segue sendo um desafio. Em geral, as abordagens do tema concernentes a um campo disciplinar específico têm sido mais recorrentes do que perspectivas que dialoguem entre si.

Segundo Sérgio Adorno (2002) o crescimento da violência toma espaço como uma das maiores preocupações vivenciadas pela sociedade brasileira nas últimas

décadas, onde diversos grupos vivenciam medo e insegurança, ao mesmo tempo em que buscam a implementação de segurança e justiça por meio de políticas públicas.

Partindo-se de uma perspectiva histórica e das Ciências Sociais, um aspecto comum à maioria dos estudos é o esforço teórico-metodológico de desnaturalizar a violência. Para Oliveira (2008) isto é indispensável para o planejamento de intervenções, uma vez que a violência, assim considerada, se insere em uma teia de relações sociais. A forma como a violência se manifesta constitui um fenômeno que no decorrer dos tempos afeta todas as sociedades históricas, sendo ela resultante de relações e contradições sociais da vida urbana e rural e de estruturas sociais em diversas escalas.

Portanto, embora estruturado, trata-se, também, de um fenômeno em constante mudança. Para Dolmem apud Maturama (1995), é preciso considerar que a vida humana ocorre no cotidiano por meio de um espaço psíquico e que uma das formas de se viver este espaço é a violência. As queixas de violência nas relações humanas são caracterizadas pela negação do outro no esforço para obter sua obediência e submissão levando esse mesmo outro a sua destruição.

Ou seja, a violência não é um evento isolado e sim fruto de um fluxo histórico e de poder, componentes dos espaços de vivência como a família, a comunidade e a cultura em que se vive, sendo, portanto, um fenômeno dinâmico e não engessado, que depende das condições que o originam.

Sérgio Adorno (2015), estudioso da violência na sociedade brasileira, é um dos autores que nos ajuda a pensa-la de forma mais plural, não reducionista, entendendo o fenômeno como “violências”, não sendo esta apenas um problema de crimes cotidianos, mas sim, a manifestação em diversos âmbitos de expressões de violação dos direitos humanos.

Representando um problema histórico, social e de saúde, a violência é multifacetada e se manifesta de diferentes formas, que se fortalecem por meio de conexões e interação em nosso cotidiano. O reflexo dos atos violentos vivenciados em sociedade trazem sérios problemas no âmbito social, jurídico e econômico (LEITE, 2014).

Sendo, portanto, a violência um fenômeno de imersão cultural e não algo isolado, o patriarcado torna-se campo propício à sua reprodução, pois a legitima, validando a “negação do outro contra qualquer desacordo da autoridade, razão ou força” (MATURANA, 1995: 6). Diante disso, a violência tem mais ligação com um estilo de vida dentro de um espaço de legitimação e não com o nosso ser biológico.

Ao tratar das relações entre violência e poder, observa Hannah Arendt (1970: 7) que “ninguém que se dedique à meditação sobre a história e a política consegue se manter ignorante do enorme papel que a violência desempenhou sempre nas atividades humanas”. Abordando a violência nos domínios da política, acrescenta que, por meio dos debates sobre o fenômeno do poder existe um consenso de que “a violência nada mais é do que a mais flagrante manifestação de poder”.

Entendemos então que a própria estrutura social contribui na determinação dos comportamentos violentos, tendo-se nesse meio o papel simbólico das relações de poder, as leis que regem a organização da sociedade e suas ideologias. A violência se desenvolve conforme o ser humano é tratado na sociedade e a importância que se dá aos valores hegemônicos e sua relação com os mandatos sociais que orientam os jeitos de viver dos sujeitos. (OLIVEIRA, 2008).

Para Lima apud Weber (1991: 2) “em todas as sociedades existem, em algum nível, processos de dominação que se estabelecem de diferentes formas, envolvendo diferentes dispositivos de coerção, que implicam em diferentes formas de utilização de violências”.

Neste sentido, a cultura patriarcal da qual fazemos parte é geradora de violência simbólica e de potencial violência física, pois está centrada nas hierarquias, no controle e na desconfiança, na luta e competição, na dominação e subjugação, vivendo em um espaço relacional inconsciente de negação do outro. Assim, Maturana manifesta que “se queremos acabar com a violência como forma de convivência, devemos nos atrever a olhar a nossa cultura patriarcal e a mudar.” (MATURANA, *op.cit.*, p.7).

Em vista disso, uma das formas de enfrentamento da violência – e em particular a violência contra mulheres – é, além de desnaturalizá-la, não legitimá-la, estando assim manifesto o seu caráter de disputa em torno de uma leitura do mundo, com implicações em formas de enfrentamento através de políticas.

Para o caso da sociedade brasileira, não só o patriarcado esteve fortemente presente na forma de classificar o mundo e convencionar as relações sociais, como também sua própria formação tem sido transpassada por uma violência de Estado e civil desde seus primórdios. Ao lado dos grandes acontecimentos oficiais como a Proclamação da Independência e da República, viu-se em relação aos movimentos populares fortes e violentas repressões, como no caso do Quilombo dos Palmares, da Cabanada e da Balaiada, de Canudos, do Contestado e da revolta da Chibata. Além disso, o uso exacerbado da força também permeou acontecimentos não ligados diretamente ao Estado como, as guerras civis no Rio Grande do Sul ou o cotidiano de homens livres na ordem escravocrata, profundamente marcada pela violência (FRANCO, apud OLIVEN, 2010).

Vê-se que, o tema da violência está cotidianamente presente na sociedade brasileira, seja pelo amplo interesse em explorá-la como assunto diário em diversas mídias, seja pelo que Teresa Caldeira (2000) apropriadamente chamou de “fala do crime”, qual sejam, as narrativas compartilhadas em círculos sociais diversos sobre crime, crime violento e outras modalidades de violência.

De fato, para Soria (2011), a violência está generalizada na vida social. E isso acontece também pelos desconhecimentos dos direitos, pelo conflito e desagregação familiar, sentimento de impotência, informação sensacionalista e exigência de consumo, sendo os bens culturais inacessíveis a maioria dos cidadãos.

“A violência está generalizada na vida social, podendo uma criança sofrê-la por parte de pessoas pagas para zelar pelo seu bem-estar nos abrigos, creches, escolas, centros de juventude; um doente por profissionais pagos para cuidar-lhe a saúde; um empregado pelo empregador, que não se preocupa em proporcionar-lhe condições para sua reprodução; a mulher pelo marido que, bêbado, aumenta-lhe as agruras cotidianas; o idoso pelos funcionários dos abrigos, na família, no transporte público por pessoas que não se dão conta das limitações biopsicossociais decorrentes do maior tempo de vida; o cidadão pelo Estado, que não respeita a Constituição. (SORIA, 2011:4).”

Contudo, embora seja importante notar que a violência é fenômeno presente no cotidiano e de maneira generalizada, é também fundamental manifestar um contraponto crítico à forma como essa percepção se dá na mídia e nas “falas do crime”, qual seja, de ênfase no caráter endêmico da violência, (re)naturalizando-a, agora como fenômeno social inelutável e inevitavelmente trágico.

Assim, é preciso considerar a violência como um fenômeno passível de enfrentamento, partindo-se, entre outras iniciativas, das mudanças de mentalidade e de atitude, bem como da afirmação de direitos e de políticas.

Dessa forma entende-se que a propagação da violência não é simplesmente advinda do fator criminalidade, mas antes, representa a desigualdade de direitos e também deveres entre os indivíduos. Esta estrutura possibilitou o fortalecimento de uma cultura individualista na sociedade brasileira, onde o indivíduo luta pelos interesses pessoais, mas principalmente embasados na não efetividade das leis sendo o estado brasileiro campo para exercício da violência. (LIMA, 2011).

Além do mais, um pensamento crítico em torno do fenômeno da violência evidencia como mostra Adorno (2002: 269), não somente suas diversas ligações com a cidadania, justiça e direitos, mas “os rumos da democracia brasileira, sua institucionalização e consolidação, seu futuro e seus desafios.”

2.2 VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E SUAS INTER SECCIONALIDADES

Alemay (2009: 271) apresenta que as violências praticadas contra mulheres assumem diversas formas e envolvem todos os atos que por meio de “ameaça, coação ou força, lhes infringem na vida privada ou pública, sofrimentos físicos, sexuais, ou psicológicos, no intuito de intimidá-las, puni-las, humilhá-las” o que causa transtornos tanto em sua integridade física quanto na sua subjetividade.

Bandeira & Almeida (2015: 510) também concordam com essa definição, pois apresentam que, com base na “Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher” (Convenção de Belém do Pará), de 1994, a violência contra a mulher “envolve qualquer ação ou conduta baseada em seu gênero, que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual e psicológico, tanto na esfera privada como pública”. Além disso, apresentam que a Convenção de Belém do Pará foi além, ao contextualizar e ampliar a definição de violência atentando-se para as relações de poder baseadas na condição de gênero.

Assim, no debate que gira em torno do contexto de violência enfrentado pelas mulheres, torna-se crucial situá-las dentro das discussões sobre as relações de gênero no intuito de compreender melhor os tipos de violência, bem como as motivações que fazem com que recaiam sobre elas práticas violentas. Entender como se dão as relações

de gênero, é, portanto, importante para decodificar a violência vivida pelas mulheres em todo o mundo.

Gouveia & Camurça (1997) argumentam que as relações de gênero são construções sociais, pois se desenvolvem ao longo de nossa vida e durante este processo de existência (re)criamos desigualdades baseadas nas diferenças sexuais.

E por ser o gênero, portanto, uma construção social, a forma como o mesmo se manifesta na sociedade depende dos valores e experiências de cada um, variando de acordo com as leis, a religião, a época e os lugares, a organização da vida familiar e a vida política de cada sociedade ao longo da história: “o gênero se constitui em cada ato da nossa vida, seja no plano das ideias, seja no plano das ações.” (GROSSI, 2004).

Tal como exposto por Scott (1999: 21), a construção do gênero¹ é “elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos”, sendo que estas diferenças sexuais têm sido concebidas em termos de controle e dominação sobre as mulheres e é também “uma forma primeira de significar as relações de poder.”

Em virtude disso, o uso do gênero enquanto categoria para a análise das relações exige uma visão ampla, pois perpassa o mercado de trabalho, a economia, a educação, o sistema político, que são espaços onde a construção do gênero também é traduzida em relações de poder e desigualdades, pois, “as estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e o feminino” (SCOTT, 1999: 26). Para a autora, não devemos cair em um reducionismo, como de alguns autores que relacionam o uso da categoria gênero com um olhar fixo sobre o ambiente doméstico e na família como fundamento da organização social.

“Precisamos de uma visão mais ampla que inclua (...) o mercado de trabalho (um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte do processo de construção do gênero), a educação (as instituições de educação socialmente masculinas, não mistas ou mistas, fazem parte do mesmo processo), o sistema político (o sufrágio masculino universal faz parte do processo de construção do gênero) (...) a alta política, ela mesma, é um conceito de gênero, pois estabelece a sua importância decisiva de seu poder público, as razões de ser e a realidade da existência da sua autoridade superior, precisamente graças à exclusão das mulheres do seu funcionamento. O gênero é uma das referências

¹ Os sentidos que levaram a cunhar o conceito de gênero como categoria de análise na história estão ligados as pautas de lutas das mulheres e do movimento feminista, que terá maior ênfase no capítulo dois deste trabalho. A princípio nos importa entender como gênero atua nas diferenças entre os sexos, que implicam nas desigualdades entre homens e mulheres, desigualdades estas que tem no uso da violência ferramenta legitimadora do poder masculino sobre o feminino, ou seja, como se constrói socialmente o feminino e o masculino.

recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição masculino/feminino e fundamenta ao mesmo tempo seu sentido. (SCOTT, 1999: 22-27).”

Entendendo, portanto, que as relações de gênero são construídas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, ou seja, fazem parte de um processo de construção histórico-cultural, o patriarcado vigente em nossa sociedade é fator crucial e meio propício para designar as mulheres para a posição de subalternidade e inferioridade de forma naturalizada limitando assim em muito os questionamentos, resistências e busca de direitos das mesmas, dando a violência o papel natural de legitimadora do masculino sobre o feminino nos diversos espaços de vivência dos seres humanos.

Para Carlos Eduardo Zuma (2004: 2) é no regime do patriarcado que o homem é legitimado nas práticas violentas contra os filhos e a esposa, sendo ele o dono da família. Nesse caso, a violência é, portanto “tolerada e até mesmo incentivada”. O autor sustenta ainda que “esse comportamento violento que hoje abominamos, não só foi permitido ao longo dos séculos, como foi e é prescrito em várias manifestações de nossa cultura: dos ditados populares às leis.”

Bourdieu (2005) complementa esta ideia, ao mostrar que, existe uma lógica de dominação do masculino sobre o feminino vigente em nossa sociedade, que se dá por meio de uma naturalização da “ordem das coisas”, naturalização essa que se traduz em desigualdades de gênero que são incorporadas privilegiando uns e injustificando outros.

Podemos refletir, então, que a cultura do patriarcado, tão presente na sociedade contemporânea, age em todas as esferas sociais legitimando a subordinação da mulher, ao mesmo tempo em que instaura nas mentalidades uma ordem natural de inferioridade sobre o feminino.

“No que tange a produção, esse fator leva a empregos precários, baixos salários, pouco ou nenhum reconhecimento no ambiente de trabalho. No âmbito privado, incide sobre a sexualidade e a capacidade reprodutiva da mulher, ou seja, a mulher é percebida apenas enquanto objeto de satisfação sexual. (VELLOSO, 2013: 23).”

Vemos, portanto que essa naturalização da violência contra mulheres bem como a dificuldade de enfrentar essas violências consiste no fato de que “o poder masculino atravessa todas as relações sociais, transforma-se em algo objetivo, traduzindo-se em estruturas hierarquizadas, em objetos, em senso comum” (SAFFIOTI, 2001: 119). Nesse contexto, a organização da sociedade por meio do patriarcado é marcada pela supremacia do masculino em detrimento das características femininas, caminhando, como argumenta Vitório (2010), lado a lado com o capitalismo, explorando a mulher

por meio de sua força de trabalho e com a pouca presença da representação feminina na política, o que podemos dizer que dificulta ainda mais o investimento por parte do Estado na geração de ações de enfrentamento das desigualdades vivenciadas pelas mulheres.

O próprio gênero, nesse sentido, acaba por se tornar uma camisa de força, pois o homem deve agredir, já que a dominação do macho deve ser feita a qualquer custo e cabe à mulher suportar as agressões, pois assim é determinado a ela, constituindo assim a prisão de um relacionamento violento. (SAFFIOTI, apud VELLOSO, 2013).

Em sua obra, *O poder do Macho*, Saffioti (1987) discute que a violência que é incidida sobre as mulheres, atravessa toda a sociedade, bem como está presente em todas as classes sociais. Porém, não se pode reduzir a violência contra as mulheres a uma generalização de classe e étnicorracial², pois estes são fatores que contribuem para uma maior incidência da violência. Até mesmo em relação à punição dos agressores, quando esta ocorre, normalmente são os agressores de classes baixas, julgados mais severamente que os de classes mais altas: “gênero não é uma dimensão encapsulada, nem pode ser vista como tal, mas ela se intersecciona com outras dimensões recortadas por relações de poder, como classe, raça e idade”. (GREGORI, 2008: 166)

Por meio desses autores percebemos que, a violência contra mulheres é um fenômeno amplo e complexo, pois apresenta ferramentas legitimadoras que muitas vezes se confundem no imaginário da sociedade. Afinal, já estamos acostumados às notícias trágicas, ao corpo da mulher encontrado sem roupa em um terreno baldio, ao marido que deu um corretivo na esposa em defesa da honra, ou para ratificar sua posição de líder dentro do ambiente familiar, a menina estuprada porque usava roupas curtas, batom vermelho, a funcionária de um estabelecimento assediada pelo patrão, pois provocava com seu decote, a mulher que desaparecida foi servida ao tráfico de mulheres para prostituição, a garota estuprada pelo garoto em uma festa, afinal “ela disse NÃO, mas na verdade ela queria”, ao policial que ao invés de partir em defesa da

² Sueli Carneiro (2011) busca trabalhar com a situação da mulher negra por meio de uma perspectiva de gênero, entendendo que as condições históricas coisificaram os negros em geral e as mulheres de forma particular. No Brasil e na América Latina, isso se deu principalmente por meio da violação colonial dos senhores brancos contra as mulheres negras. As mulheres negras possuíram uma experiência histórica diferenciada que não tem sido reconhecida no discurso clássico de opressão da mulher. A autora questiona se na luta pelo mercado de trabalho, por exemplo, para qual mulher tem se buscado a garantia de direitos. E chama atenção para a superação de ideologias complementares ao sistema de opressão, como é o caso do racismo. Podemos tomar o pensamento da autora como base, para se pensar também as ideologias de classe e como a pobreza é também constituinte na diferenciação da incidência da violência.

vítima prefere se compadecer do “pobre coitado do homem” que convive com uma mulher histérica e louca, ao irmão mais velho que recebendo essa mesma educação masculinizada entende que deve agir como um segundo pai para a irmã, por meio do papel de vigilante das ações da mesma.

E dentre tantas outras situações parecidas, aprendemos que a culpa é sempre da mulher, jogando pra ela toda a responsabilidade dos atos violentos que recaem sobre elas mesmas, dificultando o acesso dessas mulheres a melhores condições de vida e tirando do homem a total responsabilidade de seus atos, ou seja, estamos acostumados a atrelar as mulheres, jornadas duplas de trabalho, tanto com a manutenção do lar e educação dos filhos, como no adentrar dos espaços públicos recebendo menos que os homens que ocupam a mesma função e posição dentro de uma empresa, situações que também podem ser vistas como expressões de violência, violência contra a dignidade humana.

Vê-se que, quanto maiores são as desigualdades nas relações de gênero, ainda mais tensionadas são pelas questões de classe e étnico raciais. Da mesma forma, maior a propensão de violação de direitos dos sujeitos, ainda mais em um país com um dos maiores índices de desigualdade no mundo e com acentuada banalização e naturalização de processos institucionais de violência, incidindo sobre uma forte cultura de impunidade (ALMEIDA, 2005).

2.3 AS DIVERSAS EXPRESSÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

Um aspecto relevante em relação à violência enfrentada pelas mulheres refere-se à dimensão que a violência toma em diversos âmbitos de convivência da mulher. Sendo expressa de várias maneiras. Reconhecer e identificar as violências que norteiam as mulheres representa, antes de tudo, um passo na construção das formas de enfrentamento.

Realizando uma pequena diferenciação entre as categorias de violência que englobam as mulheres, mesmo quando não específicas de seu gênero, Saffiotti (2001), enxerga a violência de gênero como um conceito mais amplo, que engloba vítimas mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos, sendo que esta prática da violência ocorre por meio do exercício da função patriarcal.

Esse exercício seria o poder de mandar atribuído aos homens, podendo eles “punir o que lhes apresenta como desvio”, e esta capacidade de mando é auxiliada e

tolerada por meio da violência. Assim, ao se referir à violência doméstica, a autora se refere às vítimas que não são necessariamente ligadas pelo grau de parentesco, enquanto que na violência intrafamiliar o ato violento recai sobre a família nuclear ou extensa e seus membros. (SAFFIOTTI, 2001)

Para Zuma (2004) que realizou uma análise mais detalhada da violência intrafamiliar, essa possui dois aspectos que devem ser considerados: o ato e o processo. Nesse sentido, o primeiro possui um autor, vítima e testemunha e o segundo torna possível o ato já que a violência na cultura é partilhada cotidianamente o que inclui, portanto, a participação de todos.

Bem entendido, a ideia do autor citado acima sobre o processo traz para todos a responsabilidade sobre a violência, sendo ela naturalizada e partilhada por meio de nossa cultura, o que nos instiga a pensar que são necessárias não somente ações de cunho legislativo e judiciário, mas um esforço de autorreflexão, no intuito de se desnaturalizar a violência, bem como reeducar a sociedade para uma nova forma de se relacionar.

Dessa forma, portanto, retirando a mulher de um espaço de submissão histórica, levando em consideração que a própria história é escrita com base em grupos hegemônicos que têm sido constantemente contestados pelos cientistas humanos, bem como entender as dificuldades de ser mulher em nossa sociedade, respeitando as diferenças e não criando desigualdades sobre elas. Dessa forma faz-se necessário “desnaturalizar a violência”, pois do mesmo modo em que suas diversas formas de manifestação podem ser identificadas, “é também fácil vesti-la como ato de educação ou de proteção, em suas manifestações sutis” (ZUMA, 2004: 2).

A violência surge de forma geral, quando as mulheres mudam do lugar a elas determinado, quando o regime patriarcal então vigente sente-se ameaçado. Além da distinção entre as categorias de violência de gênero, doméstica e intrafamiliar, há outras diversas formas de violência praticadas contra as mulheres, como a física, psicológica, sexual, moral, patrimonial, institucional. Como explica a autora, quando articuladas, estas violências constituem o arsenal que o gênero masculino utiliza pra manutenção do seu poder sobre o outro. (VELLOSO, 2013)

Nesse sentido, MÉSZÁROS (apud ALMEIDA, 2005: 5) se refere a variadas modalidades de violência contra a mulher, ao demonstrar que: o fenômeno da violência

tem como liderança o patriarcado e sua lógica, e dinamiza-se por meio das relações de gênero que são mutáveis de acordo com o momento histórico e intensificadas pelas questões de classe e étnicoraciais. Por ser um problema que envolve toda uma estrutura da sociedade atravessa a política, a economia e a cultura onde se expressa de forma múltipla não estando restrita apenas ao espaço familiar. O fenômeno da violência constitui, portanto uma violação aos direitos humanos.

Por sua vez, temos com base na Lei Maria da Penha (Art. 7º da Lei 11.340/2006)³, uma tipificação da violência contra a mulher, que apesar de ter sido elaborada no quadro de violência doméstica, também pode ser vivenciada em outros âmbitos de convívio em sociedade. São elas:

Quadro 1.0 - Tipos de violência com base na Lei 11.340/2006 Art. 7º

<i>Violência física</i> – ação do agressor contra a integridade ou saúde corporal da vítima como: empurrar, sacudir, esbofetear, chutar, queimar, etc.
<i>Violência psicológica</i> – ação do agressor contra a mulher que causa danos de ordem emocional. Exemplos: insulto, chantagem, ridicularização, humilhação, constrangimento, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição, limitação do direito de ir e vir.
<i>Violência sexual</i> - ação do agressor que constranja a mulher a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, diante de ameaças, coações ou do uso direto da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade.
<i>Violência patrimonial</i> - qualquer ação que possa causar dano aos bens da mulher como documentos pessoais e instrumentos de trabalho.
<i>Violência moral</i> – conduta por parte do agressor que possa caluniar ou difamar a mulher.

Fonte: Formulado pelos autores com base em: VELLOSO, 2013.

Grossi (2004), por sua vez, chama atenção para o olhar sobre a formação das masculinidades. Ela ajuda a entender que, ao se analisar a violência contra as mulheres, é necessário que se pense também a formação dos homens, sujeitos que possuem a sua subjetividade marcada por uma masculinidade transpassada pela violência, não como

³ VELLOSO, Bruna. A violência contra mulher no município de Rio das Ostras e a atuação da Casa da Mulher: analisando percalços, limites e potencialidades. Rio das Ostras, 2013.

justificativa de seus atos, mas entendendo a violência contra mulheres como fenômeno complexo, e como alternativa a mudanças, pois a (re)educação dos homens é tão importante quanto a educação das mulheres sobre seus direitos, para as mudanças estruturais em sociedade.

O masculino na sociedade ocidental é definido como ativo, ou seja, no senso comum sobre o gênero, significa ser ativo sexualmente. Porém, em nossa cultura, na constituição de um modelo de masculinidade hegemônica, o ser ativo se liga não somente à sexualidade, mas é percebido positivamente como agressividade. Na própria infância, a hiperatividade dos meninos se confunde com a agressividade. A violência vem, portanto, como constituidora da masculinidade. Se comparado os rituais de construção da feminilidade em relação às masculinidades, as mulheres são reforçadas ao vínculo do mundo feminino enquanto os homens são separados do mundo das mulheres. (GROSSI, 2004)

Em nossa cultura honrado é o homem que tem uma “mulher de respeito” dependendo dela a honra do marido, esta deve ser recatada, controlada, pura. Essa ideia recai tanto em relação às esposas por parte dos maridos como em relação às filhas pelo pai. Outro aspecto que compõe as masculinidades, diz respeito ao poder econômico do homem em sustentar a família, sendo ele o chefe, o patriarca, se não é ele o provedor dos maiores bens econômicos é também desonrado. (GROSSI, 2004).

Estes são só alguns exemplos que mostram que aos homens também é imposto um caminho que os priva de vivenciarem melhores relacionamentos, pois uma das características da masculinidade é a negação da sensibilidade ao homem. Porém, apesar da violência, a masculinidade ainda recebe respaldo legitimador sobre outro, as mulheres. Mas não se trata de uma dominação do homem sobre a mulher e sim do masculino cunhado em nossa sociedade sobre o feminino.

Para Amorim (2003)

“A violência de homens contra mulheres está profundamente associada ao modo como os homens são socializados. Uma vez que os meninos são geralmente ensinados a reprimir emoções, a raiva torna-se um dos poucos sentimentos que os homens podem expressar com aprovação da sociedade. Além disso, durante o processo de socialização, muitos homens não desenvolvem habilidades de comunicação interpessoal adequadas às relações pautadas pelo diálogo. Podemos acrescentar a isso o fato de os meninos serem frequentemente educados de forma a acreditar que têm o direito de esperar determinados comportamentos das mulheres, bem como de poder

utilizar abuso físico, verbal ou qualquer outra forma de violência, caso elas não cumpram com suas “obrigações”, como cuidar da casa ou prover sexo.” (AMORIM, 2003: 5).

Assim, o enfrentamento da violência contra a mulher traz implicações para a sociedade como um todo, abrangendo a desnaturalização do fenômeno, a tomada de consciência do próprio homem acerca das construções de gênero, além da eficácia na aplicação de leis e execução de políticas públicas. Outro desafio consiste na própria compreensão da dimensão do fenômeno, dada sua invisibilidade e persistência como tema tabu.

2.4 A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES EM NÚMEROS

Saffiotti (1987) afirma que, apesar de no Brasil a violência masculina contra a mulher ser extremamente alta, existe uma grande dificuldade em transformar este fenômeno em dados palpáveis, pois ele ainda é extremamente escondido e não denunciado, e chama a atenção para o fato de que com a criação das delegacias especializadas foi possível ter ideia da realidade enfrentada pelas mulheres brasileiras, sendo milhares delas espancadas pelos companheiros em todas as classes sociais.

Demonstrando isso, são apresentados a seguir alguns dados, por meio da compilação de diferentes autores, que em seus trabalhos apresentam dados nacionais e internacionais sobre o fenômeno da violência contra mulheres e suas diversas formas de manifestação, ao mesmo tempo em que a exemplificam.

De acordo com a *World Health Organization*, 35% das mulheres em todo o mundo já foram vítimas de violência física/sexual por um parceiro e/ou violência sexual por um não parceiro durante a vida.

O Mapa da Violência de 2015 apresenta que de 1980 a 2006, antes da criação da Lei Maria da Penha o crescimento das taxas no mesmo período foi de 2,5% ao ano e após a criação da Lei o crescimento das taxas caiu para 1,7% ao ano. Em Minas Gerais, de 2006 a 2013 o crescimento da taxa de homicídio de mulheres equivaleu a 5,9%.

Além disso, com base neste mesmo Mapa da Violência de 2015, sobre Homicídios de Mulheres no Brasil, o país apresenta uma taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres, sendo o quinto dentro de um grupo de 83 países com base na Organização Mundial da Saúde – OMS, perfazendo 48 vezes mais homicídios femininos que o Reino Unido; 24 vezes mais homicídios femininos que Irlanda ou Dinamarca e 16 vezes mais homicídios femininos que Japão ou Escócia, como apresentado no quadro a seguir, que estabelece esta diferenciação.

Tabela 1.0 - Taxas de homicídio de mulheres (por 100 mil) em 83 países do mundo

País	Ano	Taxa	Pes	País	Ano	Taxa	Pes
El Salvador	2012	8,9	1º	Jordânia	2011	0,8	43º
Colômbia	2011	6,3	2º	Bulgária	2012	0,7	44º
Guatemala	2012	6,2	3º	Noruega	2013	0,7	45º
Federação Russa	2011	5,3	4º	Finlândia	2013	0,7	46º
Brasil	2013	4,8	5º	Barbados	2011	0,7	47º
México	2012	4,4	6º	Holanda	2013	0,7	48º
Rep. da Moldávia	2013	3,3	7º	Israel	2012	0,7	49º
Suriname	2012	3,2	8º	Portugal	2013	0,6	50º
Letônia	2012	3,1	9º	Austrália	2011	0,6	51º
Porto Rico	2010	2,9	10º	Polônia	2013	0,6	52º
Ucrânia	2012	2,8	11º	Turquia	2013	0,6	53º
Belarus	2011	2,6	12º	Irlanda Do Norte	2013	0,5	54º
Estônia	2012	2,5	13º	Alemanha	2013	0,5	55º
Cuba	2012	2,5	14º	Brunei Darussalam	2012	0,5	56º
Maurícia	2013	2,4	15º	Suécia	2013	0,5	57º
Panamá	2012	2,4	16º	Áustria	2013	0,5	58º
Lituânia	2012	2,3	17º	Eslovênia	2010	0,5	59º
África Do Sul	2013	2,2	18º	Espanha	2013	0,5	60º
EUA	2010	2,2	19º	Fiji	2012	0,5	61º
Urugual	2010	2,0	20º	Suíça	2012	0,4	62º
Paraguai	2012	1,8	21º	França	2011	0,4	63º
Costa Rica	2012	1,8	22º	Rep. Árabe Síria	2010	0,4	64º
Aruba	2012	1,8	23º	Itália	2012	0,4	65º
Quirguistão	2013	1,7	24º	Bahrain	2013	0,4	66º
Rep. Dominicana	2011	1,6	25º	Geórgia	2012	0,3	67º
Sérvia	2013	1,6	26º	Escócia	2013	0,3	68º
Nicarágua	2012	1,4	27º	Hong Kong SAR	2013	0,3	69º
Argentina	2012	1,4	28º	Honduras	2013	0,3	70º
Romênia	2012	1,3	29º	Japão	2013	0,3	71º
TFYR Macedônia	2010	1,3	30º	Dinamarca	2012	0,2	72º
Chile	2012	1,0	31º	Irlanda	2010	0,2	73º

Fonte: WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2015: Homicídios de Mulheres no Brasil, 2015.

Corroborando esses dados, o *site* da Organização das Nações Unidas no Brasil – ONUBR, publicou em 09 de abril de 2016 que a taxa de feminicídios no Brasil é a

quinta maior do mundo, anunciando também as “Diretrizes Nacionais para Investigar, Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres – Femicídios”. Isto busca trazer a perspectiva de gênero como hipótese inicial para a investigação de assassinatos de mulheres.

Já os dados relacionados ao SUS, que seguem abaixo na tabela, com base no atendimento de mulheres realizado pelo sistema, apresenta que os tipos de violência sofridos pelas mulheres atendidas diferem-se, apresentando particularidades que incidem sobre a idade da mulher e o tipo de violência praticada contra a mesma. Tem-se, portanto uma maior incidência da violência física sobre mulheres na fase adulta, perfazendo 57,1% dos atendimentos no SUS. E com exceção da violência sexual que parece atingir mais mulheres na fase adolescente 24,3%, todos os outros dados apresentados no quadro são alarmantes para as mulheres, sendo na fase adulta onde recaem com mais frequência às violências.

Tabela 2.0 - Número e estrutura (%) de atendimentos de mulheres pelo SUS, segundo tipo de violência e etapa do ciclo de vida. Brasil. 2014

Tipo de violência	Número						%					
	Infância	Adolescente	Jovem	Adulta	Idosa	Total	Infância	Adolescente	Jovem	Adulta	Idosa	Total
Física	6.020	15.611	30.461	40.653	3.684	96.429	22,0	40,9	58,9	57,1	38,2	48,7
Psicológica	4.242	7.190	12.701	18.968	2.384	45.485	15,5	18,9	24,5	26,6	24,7	23,0
Tortura	402	779	1.177	1.704	202	4.264	1,5	2,0	2,3	2,4	2,1	2,2
Sexual	7.920	9.256	3.183	3.044	227	23.630	29,0	24,3	6,2	4,3	2,4	11,9
Tráfico seres	20	16	28	30	3	97	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
Econômica	115	122	477	1.118	601	2.433	0,4	0,3	0,9	1,6	6,2	1,2
Neglig./abandono	7.732	2.577	436	593	1.837	13.175	28,3	6,8	0,8	0,8	19,0	6,7
Trabalho Infantil	140	133				273	0,5	0,3	0,0	0,0	0,0	0,1
Interv. Legal	75	94	64	90	29	352	0,3	0,2	0,1	0,1	0,3	0,2
Outras	649	2.359	3.228	4.978	684	11.898	2,4	6,2	6,2	7,0	7,1	6,0
Total	27.315	38.137	51.755	71.178	9.651	198.036	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2015: Homicídios de Mulheres no Brasil

Segundo o tipo de violência praticada, e se atentando para o fato de que sendo os dados disponibilizados pelos SUS, pressupõe-se que este não seja acionado pelos níveis mais altos da população, percebemos uma maior incidência da violência física. Podemos atribuir esta questão ao fato de que muitas mulheres apenas denunciam, quando ocorre a agressão, já que as outras violências como a psicológica nem sempre são percebidas como violência, e a sexual quando ligada ao âmbito doméstico é incorporada pela própria mulher como uma “obrigação de esposa”.

Velloso (2013) que desenvolveu um trabalho analisando a incidência da violência contra mulheres no município de Rio das Ostras, compila dados importantes

neste contexto. Temos então uma organização sistemática dos dados por meio de sua pesquisa:

Com base em pesquisa do Ibope/Themis - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, realizada com apoio do Instituto Patrícia Galvão, no ano de 2008: dentre os entrevistados 17% acreditam que o fato de a mulher não abandonar o agressor é devido ao medo de serem mortas caso rompam a relação;

Com base em pesquisa divulgada em agosto de 2012 pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA) e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) ⁴: entre 1980 e 2010 foram mais de 92 mil mulheres assassinadas, sendo 43,7 mil somente na última década. Neste período o número de mortes passa de 1353 para 4465, representando um aumento de 230%;

Com base ainda nesta pesquisa são as armas de fogo o principal instrumento de homicídios tanto femininos quanto masculinos, mas os meios que exigem contato direto como objetos cortantes, sufocação, objetos penetrantes, dentre outros, são mais expressivos sobre as mulheres, representando uma maior incidência de violência passional sobre as mesmas;

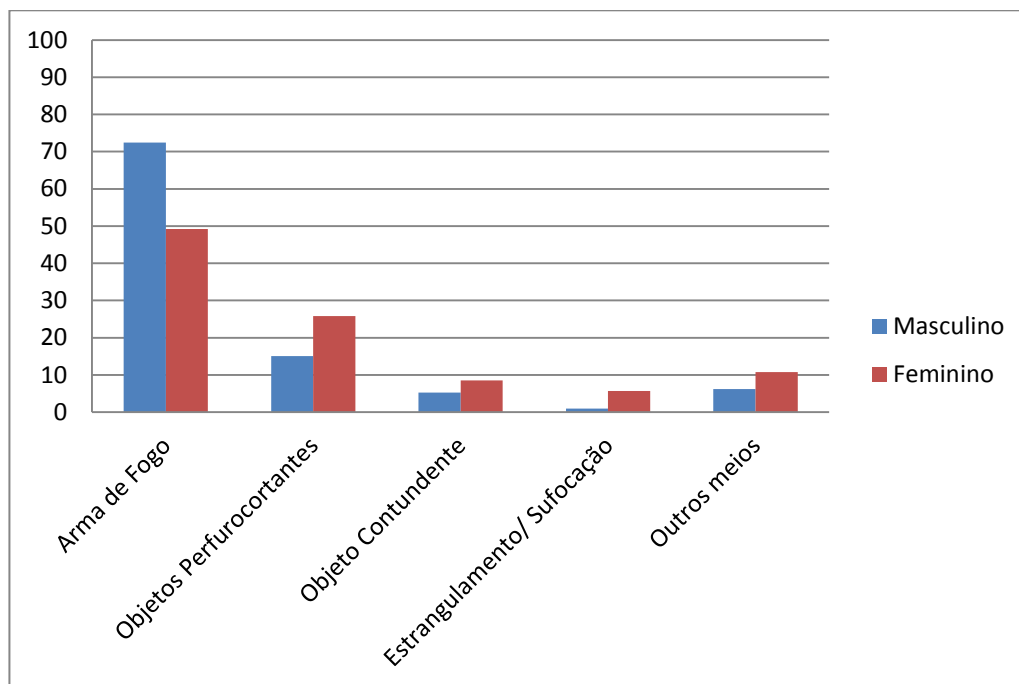
Dados que se referem aos meios utilizados nos homicídios masculinos e femininos em (%) Brasil, 2010 são: arma de fogo (Masc.% 72,4; Fem.% 49,2), objeto cortante ou penetrante (Masc.% 15,1; Fem.% 25,8), objeto contundente (Masc.% 5,3; Fem.% 8,5), outros meios (Masc.% 6,0; Fem.% 10,8). Em relação ao registro na Declaração de Óbito do local do incidente que originou as lesões que levaram à morte da vítima: entre os homens, só 14,3% dos incidentes aconteceram na residência. Já entre as mulheres, essa proporção eleva-se para 41%.

Transformando estes dados em gráfico podemos perceber melhor que exceto em relação à arma de fogo, com todos os outros instrumentos de prática da violência, a incidência maior recai sobre as mulheres. Velloso (2013) chama atenção para o fato de

⁴ A fonte básica para a análise dos homicídios no país, em todos os Mapas da Violência até hoje elaborados, é o Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde (MS). Pela legislação vigente no Brasil Lei nº 6015, de 31/12/73, com as alterações introduzidas pela Lei nº 6.216, de 30/06/75, nenhum sepultamento pode ser feito sem a certidão de registro de óbito correspondente. Ver, VELLOSO, Bruna. A violência contra mulher no município de Rio das Ostras e a atuação da Casa da Mulher: analisando percalços, limites e potencialidades. Rio das Ostras, 2013.

que exceto pela arma de fogo, a instrumentalização da violência no ambiente doméstico pode ser um consequente indicativo desses dados.

Gráfico 1.0 - Meios utilizados nos homicídios masculinos e femininos em (%) Brasil, 2010



Fonte: Elaborado pelos autores com base em: VELLOSO, 2013.

Leila Bijos (2004) em seu trabalho, “Violência de gênero: crimes contra a mulher” expõe, alguns dados internacionais que nos permitem compreender a amplitude da violência no mundo, que recai sobre as mulheres de diferentes maneiras e inclui também a violência contra a criança e o adolescente. A violência contra mulheres, apesar de apresentar especificações quando a classe e questão étnicorracial incide de forma geral sobre o gênero feminino independente de classe, raça idade e local de moradia.

Para tanto em sua pesquisa Bijos (2004) apresenta que em diversos países essa situação é alarmante. Por exemplo: na Bolívia dentre 1.432 casos de pacientes vítimas de agressões físicas atendidas por um médico forense, em La Paz, em 1986, 964 eram mulheres e desse contingente, cerca de dois terços sofreram agressões por parte de seus maridos e 17% de outros familiares ou vizinhos, neste mesmo país 57 mulheres são

violentadas por dia. 58% das fisicamente agredidas foram também violentadas por seus esposos ou companheiros.

Na Colômbia um estudo realizado em Cali, em 1989, além de ter revelado uma alta participação de companheiros e parentes consanguíneos na prática de violência sexual contra mulheres, mostrou que 23% dos homens que infligiam maus-tratos psicológicos a elas eram seus esposos, 40% eram seus companheiros, 2% eram seus sogros e 7% eram seus irmãos (BIJOS apud LONDONO, 1990: 116).

De 98 mulheres investigadas em Quito, Equador, aproximadamente um quarto recebeu espancamentos com uma frequência que varia entre uma vez ao dia a uma vez ao mês. Dentre as que não sofreram lesões corporais, 41% foi objeto de ameaças (BIJOS apud SAFFIOTI & ALMEIDA, 1995: 116).

Em Santiago do Chile, uma pesquisa mostrou que 80% das mulheres são vítimas de violência em seus próprios lares. Um estudo realizado em Mérida, México, mostrou que 90% das mulheres que trabalham fora são sexualmente assediadas por seus superiores ou por seus colegas de trabalho, chegando-se, em muitos casos, ao estupro. De acordo com levantamento realizado pela Federación Mexicana de Mujeres Sindicalistas, 90% das trabalhadoras mexicanas sofrem assédio sexual no local de trabalho. (BIJOS, apud SAFFIOTI & ALMEIDA, 1995: 117).

Na Jamaica, 22% dos delitos cometidos contra a mulher envolvem violência doméstica. Em Santiago do Chile, uma pesquisa mostrou que 80% das mulheres são vítimas de violência em seus próprios lares. E uma Investigação científica levada a cabo na Argentina indica que 25% das mulheres casadas são espancadas por seus maridos. Outros dados ainda apresentam que Estados Unidos, Canadá, Filipinas, África do Sul, França, Inglaterra, apresentam um quadro endêmico da violência de gênero. (BIJOS 2004: 117)

Estes dados nos fornecem uma visão geral do contexto de violência enfrentado, principalmente as violências físicas e sexuais, que recaem também sobre crianças e adolescentes do sexo feminino, e ratificam a ideia da violência como fenômeno que encontra respaldo em diferentes formas de manifestação.

Outra autora que nos permite visualizar dados referentes à violência e, contribui com o contexto analisado nesta pesquisa é Suely Souza de Almeida (2015), com seu

trabalho intitulado “A violência de gênero como uma violação dos direitos humanos: a situação brasileira.”.

Com base em Almeida (2015: 4) uma das grandes violações dos direitos humanos das mulheres está na mutilação dos órgãos genitais femininos, praticada em 28 países africanos. Essa prática de controle ilimitado sobre o corpo das mulheres, que se estende também a algumas comunidades de imigrantes africanos, na Europa, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Estados Unidos, quando não ocasiona a morte por hemorragia ou por infecções derivadas, como a transmissão do HIV ou da hepatite C, produz consequências irreversíveis, como esterilidade, lesões diversas e danosas sequelas psicossomáticas.

Outro dado alarmante refere-se a um recente informe do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, segundo o qual, dentre as 50 milhões de pessoas refugiadas em outros países ou deslocadas em seu próprio país, em decorrência das guerras, 80% são mulheres. A violência de gênero, estrutural e universal, acentua-se exponencialmente em tempo de guerra, contexto no qual as mulheres sofrem abusos sexuais generalizados: são, frequentemente, violentadas, engravidadas à força, obrigadas a prostituir-se em troca de alimentos, contagiadas com o vírus da AIDS, torturadas, mutiladas, assassinadas, usadas como escudos humanos, submetidas a todo o tipo de comércio sexual, ou forçadas a prestar serviços diversos. (ALMEIDA, 2015: 4)

A autora refere-se ainda, ao tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil. Dados citados pela pesquisa sobre este tema, publicada em 2002, mostram que das 131 rotas internacionais existentes, 102 envolviam mulheres. Desse total, 77,8% destinavam-se a transportar somente mulheres. De acordo com a mesma pesquisa, as mulheres adultas são traficadas, predominantemente, para outros países, enquanto as adolescentes são traficadas, preferencialmente, “através das rotas intermunicipais e interestaduais, com conexão para as fronteiras da América do Sul”. (ALMEIDA, 2004: 4).

No que diz respeito à violência de gênero praticada em relações íntimas, no Brasil, inexitem dados globais. A única pesquisa nacional realizada no Brasil (IBGE, 1990), que permite estimar a dimensão deste problema, indica que as mulheres sofrem agressão física por parte de parentes em proporção superior a duas vezes mais do que os homens (32,4% contra 10,7%). Do total de homens nessa condição, 59,2% tinham entre

18 e 49 anos de idade, enquanto 82,0% das mulheres encontravam-se na mesma faixa etária. A residência constitui o local da agressão para 17,0% dos homens e para 51,9% das mulheres, na referida faixa etária. Esses dados são apenas indicativos e não permitem mensurar o fenômeno no Brasil. (Almeida, 2004: 5).

Cláudia Guerra (2012) em seu trabalho “Política pública pela não violência à mulher, conjugal e familiar: a experiência pioneira da PAM - Patrulha de Atendimento Multidisciplinar de Uberlândia-MG”, conclui a apresentação de dados expostos neste capítulo sobre a violência contra mulheres.

Assim Guerra (2012: 5) apresenta que: o número de mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, no Planeta Terra, é maior do que o número de vítimas em todos os conflitos armados (Casa de Cultura da Mulher Negra, de Santos/94); A violência doméstica é a maior causa de ferimentos femininos em todo o mundo, e principal causa de morte de mulheres entre 14 e 44 anos (Relatório Direitos Humanos da Mulher da Human Rights Watch/96);

A autora continua dizendo que um em cada cinco dias em que as mulheres faltam ao trabalho é motivado pela violência doméstica (Banco Mundial/98); O risco de uma mulher ser agredida em sua própria casa pelo pai de seus filhos, ex-marido ou atual companheiro é nove vezes maior que sofrer algum ataque violento na rua ou no local de trabalho (BID – Banco de Desenvolvimento/98); 50% dos assassinios de mulheres são cometidos por seus parceiros e há uma média de 2,1 milhões de mulheres espancadas, por ano, 175 mil por mês, 5,8 mil por dia. (Human RightsWatch./96 e Pesquisa Nacional da Fundação Perseu Abramo/2001 e revisão 2002). (GUERRA, 2012: 5)

No Brasil se tem 1 mulher espancada a cada 15 segundos (Fundação Perseu Abramo 2001 e revisão 2002); A criação de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (21%) aparece como segunda principal medida, seguida por um serviço telefônico gratuito – SOS Mulher e um serviço de atendimento psicológico para mulheres vítimas (propostas empatadas tecnicamente com 13% e 12%, na ordem), entre oito ações de políticas públicas sugeridas (Fundação Perseu Abramo 2001 e revisão 2002). (GUERRA, 2012: 5)

Estes dados servem para exemplificar a situação de violência, principalmente violência doméstica, em que se encontram as mulheres, que sofrem não somente com a

violência física, mas com as diversas formas de expressão da violência contra a mulher cotidianamente. Trazendo essa realidade para uma análise mais próxima é que voltamos o olhar para o estado de Minas Gerais, onde está situado o município, campo empírico desta pesquisa.

Em Minas Gerais, Rocha (2017), que é Consultor Legislativo da Área XVII de Segurança Pública e Defesa Nacional, em um estudo técnico pretende traçar um panorama da violência contra a mulher no Estado e em suas sub-regiões. O trabalho analisa dados oficiais e o compara com estudos nacionais. Para a obtenção desses dados foram analisados o Diagnóstico da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Minas Gerais 2013-2015; e Diagnóstico 2015-2016 - Violência doméstica e familiar em Minas Gerais.

Ponte Nova enquadra-se dentro do grupo de análise da Zona da Mata, ao lado de cidades como: Manhuaçu, Viçosa, Muriaé, Ubá, Cataguases, Juiz de Fora. Ao analisar dados gerais de Minas Gerais o autor apresenta que o número de registros de ocorrências de estupros e taxa por 100 mil habitantes referentes aos anos de 2011 a 2014 foi de 1476 registros de ocorrência em 2014. Ponte Nova não entra em uma análise específica por não conter mais de 100 mil habitantes. Mas o trabalho contribui para que se tenha uma noção da realidade da violência contra as mulheres em Minas Gerais, mesmo que ainda aborde somente a violência sexual.

Refletindo sobre estes dados é que a pesquisa aqui desenvolvida parte para uma análise mais específica da violência que ocorre com as mulheres com modos de vida rural, entendendo que carregam especificidades próprias do modo de vida rural e sua dinâmica, como já apresentado por Bagli (2006) anteriormente.

Com base nas Diretrizes e Ações Nacionais – Mulheres do campo e da floresta, publicada em 2011 pela Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, o fato de em grande parte do levantamento de dados não haver uma diferenciação na análise do fenômeno da violência quanto às mulheres rurais, torna ainda mais difícil a criação de políticas públicas para as mesmas.

Porém, utilizando-se da base de dados Central de Atendimento à Mulher/Ligue 180 – criada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 25 de novembro de 2005, identificou-se que do total de atendimentos realizados entre janeiro a julho de 2011, 2,4% são de mulheres que se identificam como do campo e da floresta. Desse universo,

19,4% relataram episódios de violência doméstica e familiar contra as mulheres; 69% das mulheres declaram ter sofrido violência física; 19%, violência psicológica; 8,6%, violência moral; 2,2% violência sexual; 1%, violência patrimonial e 0,2% cárcere privado. (BRASIL, Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 2011).

Reforçando estes dados temos também o relatório de pesquisa publicado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em 2013 sobre a “Marcha das Margaridas: perfil socioeconômico e condições de vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta” que apontam por meio de entrevistas com mulheres rurais que estas sofrem todos os tipos de violência: Moral e psicológica (35% por parte dos companheiro/cônjuge), física (58% por parte dos companheiro/cônjuge), violência sexual (32% por parte dos companheiro/cônjuge).

Além disso, a pesquisa apresentou que as principais causas da violência contra a mulher baseiam-se no fato de as pessoas acharem que é normal (7%), alcoolismo (19%), machismo (29%), silêncio das mulheres (16%), omissão das autoridades (5%), omissão dos sindicatos/movimentos sociais (1%), falta de dinheiro/frustração dos homens (6%), superioridade física dos homens (6%), é algo natural na convivência do casal (2%), a responsabilidade é das mulheres (9%). (IPEA. Rio de Janeiro, 2013).

De acordo com Cintrão (2011) desde os anos 1980 as mulheres rurais tem parcialmente alcançado conquistas em relação às políticas públicas. Além do mais, a autora faz um balanço que vai de 2003 a 2009, analisando mudanças em relação às condições de vida das mulheres rurais, captadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que incluem acesso a trabalho, meios de produção, renda e infraestrutura, a consolidação de políticas em períodos anteriores, bem como novas demandas de grupos de mulheres rurais no Brasil.

Alguns fatores contribuíram para a criação de um campo propício à busca dessas demandas como a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em 2003, que realizou em 2004 e 2007 Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres. (CINTRÃO, 2011)

Essas Conferências tiveram como consequência os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres I e II, com grande participação das mulheres rurais que pediam um olhar para as situações específicas que vivenciavam enquanto moradoras e sujeitos

trabalhadores do meio rural. Algumas das pautas de luta dessas mulheres referem-se ao acesso ao crédito, à terra, a documentação, à melhoria de infraestrutura presente no meio rural e enfrentamento da violência. Elas se mobilizaram por meio de sindicatos, cooperativas, associações e grupos de movimentos sociais. (CINTRÃO, 2011)

O Ministério do Desenvolvimento Agrário contava desde 2011 com o Programa de Ações Afirmativas para Promoção da Igualdade e Oportunidade de Tratamento entre Homens e Mulheres, sem muitos resultados. De fato, a partir do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do mesmo Ministério (Ppigre), a partir de 2003, buscou-se realizar uma crítica e revisão dos aparatos utilizados para atingir as demandas específicas das mulheres, implementando assim novos programas que girassem em torno das trabalhadoras rurais, na tentativa de facilitar o acesso das mesmas as políticas já existentes. Em 2010 o (Ppigre) é reformulado para Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (Aegre) e finalmente sendo transformado em uma Diretoria de Políticas para Mulheres e Quilombolas. (CINTRÃO, 2011)

A autora citada apresenta, ainda, em seu artigo, alguns dados relacionados à garantia dos direitos econômicos das mulheres bem como questões voltadas para seu acesso à cidadania, considerando pertinente tratar do fator econômico por ser este fator de empoderamento feminino. E também pela dificuldade das mesmas a esse direito que está majoritariamente presente nas mãos do homem que as excluem das tomadas de decisões.

“Desde a década de 1980 a economia feminista critica as classificações utilizadas pelos censos, que “escondem” as atividades domésticas. Este fato é ainda mais grave no caso das mulheres rurais, cujos “afazeres domésticos” incluem atividades produtivas nos arredores da casa, como hortas, pomares e cuidados com animais domésticos, além de obtenção de água e lenha.” (SABBATO apud CINTRÃO, 2011: 189)

Outros fatores apontados pela autora, dizem respeito à infraestrutura, bem como, a jornada de trabalho das mulheres e o acesso a terra, direito a documentação básica, às políticas de apoio a produção e comercialização para o incentivo de grupos produtivos de mulheres, acesso a crédito produtivo, Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) e PRONAF mulher, acesso aos mercados por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), acesso a educação e a previdência social, pois se tratando da zona rural estas questões colidem no rendimento de trabalho e jornada das mulheres rurais. (CINTRÃO, 2011)

Em relação aos direitos humanos no que se refere ao enfrentamento da violência contra mulheres rurais. Foi por meio de solicitação dos movimentos de mulheres trabalhadoras do campo e da floresta, onde as primeiras manifestações do Estado foram visualizadas (embora estivesse presente no tema das três edições da Marcha das Margaridas de 2000, 2003, 2007: “Contra a fome, a pobreza e a violência sexista”).

E somente em 2007, após a promulgação da Lei Maria da Penha, as demandas por políticas públicas específicas para o enfrentamento à violência contra as mulheres rurais foram colocadas de forma mais contundente, englobando a violência sob um contexto agrário (pautas de luta como melhores condições de trabalho), e pelo enfrentamento da violência doméstica, de gênero e intrafamiliar.

“Em resposta a esta reivindicação, no mesmo ano, o Governo Federal instalou – por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e outros Ministérios – o Fórum Nacional Permanente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta. A atuação do Fórum se baseou no II Plano de Políticas para as Mulheres, na Política e no Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. O Fórum tem promovido o debate entre sociedade civil e representantes governamentais, de modo a ampliar o alcance das políticas públicas, e adequá-las às realidades locais. Lançou a “Campanha Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta”, que visa promover ações educativas e estabelecer uma ampla rede de solidariedade pelo fim da violência contra as mulheres. Um dos materiais da campanha foi o folheto “Mulheres Donas da Própria Vida – Viver sem violência é um direito das mulheres do campo e da cidade.” (CINTRÃO, 2011: 219)

Em 2010, redigiram-se as Diretrizes e Ações de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, que tinham como intuito a geração de políticas voltadas para a garantia de direitos das mulheres com base no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e pelo Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Este documento é importante por ressaltar que as mulheres moradoras da zona rural enfrentam especificidades próprias de seu local de moradia, que exige um olhar diferenciado em relação às medidas cabíveis nas zonas urbanas. (CINTRÃO, 2011)

Por mais que as mulheres moradoras da zona rural estejam conseguindo acesso aos seus direitos, no que diz respeito à terra, documentação, ou mesmo melhores condições de trabalho, ainda são lentos os passos que lidam com a questão da violência.

O movimento de mulheres no campo tem contribuído como espaço de manifestações por e pelas mulheres que buscam a igualdade de direitos e o fim de

qualquer forma de violência. De acordo com o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) que busca uma consolidação de políticas e Direitos por meio da ótica feminista e camponesa, as várias lutas vivenciadas por esses grupos que buscam uma melhoria de vida para as mulheres rurais incluem a libertação da mulher, sindicalização, documentação, direitos previdenciários (salário maternidade, aposentadoria), participação política entre outros.

Em 1995, o MMC criou a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, reunindo as mulheres dos seguintes movimentos: Movimentos Autônomos, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Pastoral da Juventude Rural – PJR, Movimento dos Atingidos pelas Barragens – MAB, alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais e, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA. (BRASIL – SPM, 2013)

Um avanço identificado em relação às ações de enfrentamento da violência das mulheres do campo refere-se às demandas que se deram por meio da Marcha das Margaridas. A IV Marcha das Margaridas, em 2011, mobilizou 70 mil mulheres do campo em Brasília, e, como nas edições anteriores, homenageou Margarida Maria Alves, símbolo de resistência contra a violência no campo e de representação dessas mulheres.⁵

Por ocasião da Marcha, a então Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, prometeu a estas 70 mil mulheres a efetivação das Unidades Móveis para atendimento às Mulheres em Situação de Violência, conhecidas também como ônibus lilás⁶, responsáveis pelo atendimento institucional itinerante onde é difícil o acesso das mulheres a instituições que prestem socorro e assistência nos processos de violência.

E sobre essas mulheres com modo de vida rural, várias são as particularidades, de acordo com movimentos sociais e alguns autores. A este respeito, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) publicou uma cartilha em 2008,

⁵ Líder sindical paraibana morreu em 1983, assassinada por um matador de aluguel. Porém, suas ideias permanecem vivas até hoje, estimulando a busca por melhores condições de vida e igualdade para as mulheres que residem no campo. “É melhor morrer na luta do que morrer de fome”, frase dita por ela em discurso de comemoração pelo primeiro de maio (Dia do Trabalhador). Ela era líder do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, a primeira mulher a presidir um sindicato de trabalhadores na Paraíba. Porém apesar do crime ser denunciado na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 30 anos depois nenhum dos mandantes foi condenado. (BRASIL – SPM, 2013).

⁶ O trabalho de atendimento do ônibus será discutido no capítulo três por meio da prática no campo de pesquisa que se realizou neste trabalho, já que a Unidade Móvel de Atendimento é recente e por consequência não se identificou nenhum trabalho teórico na área.

com o apoio da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, sobre a temática do combate a violência contra as mulheres trabalhadoras rurais. Essa questão já tinha sido destacada em 2000, quando a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR) da Contag coordenou a 1ª Marcha das Margaridas, reunindo 20 mil trabalhadoras rurais em Brasília. A comissão pautou questões de cunho igualitário, reconhecendo o acesso ao crédito, à terra e aos meios de produção como fortes estimuladores na busca do maior empoderamento, autonomia e condições de vida das mulheres que residem no campo. Essas mudanças propiciariam oportunidades às mulheres rurais em relação ao enfrentamento das desigualdades e o acesso a Direitos. (BRASIL – SPM, 2013)

Esta reflexão, acerca das ações, desenvolvidas para as mulheres rurais é importante para a abertura de um diálogo que possibilite entender melhor as dinâmicas dentro deste processo, que incidem de forma específica no meio rural. Pois, como mostra Zuma (2004: 3) “As famílias que vivem situações de violência tendem ao isolamento, seja por sua iniciativa, pelo sentimento de vergonha que a situação gera, seja pelo preconceito de outros em relação à problemática”. Isolamento este, potencializado pelo meio rural tão centrado no poder do “chefe da família” função atribuída ao gênero masculino.

Grossi (2013), em um trabalho que procura dar visibilidade para as violências sofridas pelas mulheres rurais, entende que o conservadorismo tão forte e presente no meio rural é “uma das expressões mais significativas sobre a violência doméstica no meio rural”, pois naturaliza a violência, dificultando o acesso das mesmas a políticas públicas e informação, um campo fértil de violência.

É necessário no enfrentamento da violência contra as mulheres novas formas que ensinem os seres humanos, que os reeduquem a uma vivência igualitária, onde a justiça seja mediadora de um papel primordial nas ações de combate aos atos violentos contra as mulheres, no respeito a diferenças e subjetividade de cada ser humano, criando-se novos olhares para as relações entre homens e mulheres. Pois, “na constituição de mulheres e homens, há um investimento continuado e produtivo dos próprios sujeitos na determinação de suas formas de ser ou ‘jeitos de viver’ seu gênero”. (LOURO, 2000, p. 16).

“Portanto, para que novos padrões de relacionamentos entre homens e mulheres existam é importantíssimo à desconstrução das funções e significações tradicionais dos papéis de homens e mulheres na sociedade. Gerando, com isso, novos sentidos para as relações de gênero que considerem o respeito próprio, o respeito ao outro e especialmente o respeito às diferenças.” (VELLOSO, 213: 23)

2.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Não se conclui, porém, entende-se por meio da discussão apresentada neste capítulo, que a violência é um fenômeno de ampla complexidade, que deve ser analisado com base nos diferentes contextos em que sua prática é recorrente. Ela reflete a cultura de uma sociedade, ao mesmo tempo em que a molda, traz consigo valores, leis, relações de poder ao mesmo tempo em que é a própria manifestação de relações e desigualdades na sociedade.

Ao longo deste capítulo foi realizada uma análise de como as relações de gênero, que são também relações de poder do masculino sobre o feminino se constroem socialmente, legitimadas pelo patriarcado presente de forma tão objetificada na sociedade. E como essas desigualdades nas relações de gênero se traduzem em diversas violências enfrentadas pelas mulheres em seus diversos âmbitos de convívio, sendo no âmbito doméstico um dos maiores espaços de reprodução da violência patriarcal, que está ligada não somente a inferiorização que se da ao feminino, mas também a formação violenta das masculinidades.

Em relação à violência que recai sobre as mulheres o patriarcado contribui para a legitimação dos atos violentos do masculino sobre o feminino, tendo a violência como ferramenta de manifestação de seu poder hegemônico e autoritário, que insere negativamente um imaginário falsamente natural em nossa sociedade. Essa naturalização da violência não é privilégio de uma única sociedade, ao contrario sua manifestação é recorrente em todo o mundo, o que ratifica a importância de se entender e analisar o fenômeno, além de ser necessária a busca por dados que comprovem a situação de inferioridade e violência vivida pelas mulheres pra que mais ações sejam criadas para seu enfrentamento.

Entendemos que esta violência se manifesta de diferentes formas, em diferentes contextos, apesar de que é no espaço doméstico onde é mais difícil a sua repressão sendo este o maior espaço de autoridade do masculino sobre o feminino e ao mesmo

tempo onde a própria mulher encontra maiores dificuldades em entender e identificar as violências, que se mesclam as suas ditas obrigações conjugais. Mas é importante ressaltar que com a Lei Maria da Penha podemos perceber mudanças, ainda que pequenas perto da proporção do problema nos parâmetros então impostos de violência doméstica, onde o Estado passa a ser responsável também pela manutenção segura e sadia do lar, onde se quebra a expressão “em briga de marido e mulher não se mete a colher”.

Apesar da dificuldade em se condensar dados sobre violência contra as mulheres, principalmente mulheres rurais, buscou-se apresentar alguns dados sobre violência, bem como de forma específica dados de violência contra as mulheres rurais e as formas de enfrentamento da violência no campo. Para no próximo capítulo buscar uma reflexão um geral da luta das mulheres que incidem sobre as dinâmicas de ações desenvolvidas atualmente pra contemplar mulheres em situação de vulnerabilidade.

3 POLÍTICAS E FORMAS DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

A luta das mulheres na história ocorreu com semelhanças e diferenças em diferentes países sob diferentes perspectivas e demandas. As pautas que giram em torno do movimento feminista e de grupo de mulheres, nem sempre foram as mesmas, e assim como o fenômeno da violência é também passível de transformação com base nas estruturas que o regem, os jeitos de viver dos indivíduos em sociedade e a disputa de poder também.

Assim sendo é importante, entender e identificar o processo histórico de mobilização em torno da luta das mulheres, pois recaem nas demandas que são atualmente solicitadas em prol de uma maior qualidade de vida, dignidade e asseguração de direitos.

3.1 MOBILIZAÇÕES EM TORNO DOS DIREITOS E POLÍTICAS PARA MULHERES: ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS

As políticas e ações que giram em torno do enfrentamento da violência contra as mulheres estão diretamente ligadas às pautas de luta dos movimentos feminista e de

mulheres⁷. No intuito de compreender melhor como essas demandas foram desenvolvidas e institucionalizadas é que neste capítulo procuramos desenvolver um apanhado histórico e político das lutas das mulheres, até o instante em que deságua no enfrentamento da violência, uma vez que a atenção para a questão da violência enfrentada pelas mulheres veio posteriormente a outras pautas de reivindicações.

Para tanto, tomo como base o trabalho de Céli Regina Pinto (2003:9) que aponta as tendências dentro do movimento feminista em seus diferentes momentos históricos no Brasil, entendendo toda a fragmentação que perpassa o movimento. Para a autora, não existe uma homogeneidade em relação a esses movimentos e formas de reivindicação, sendo o mesmo ramificado e transpassado por questões de classe e étnicorraciais: “pela forma como se organizou, tem sido por natureza um movimento fragmentado, com múltiplas manifestações, objetivos e pretensões diversas”.

Para Pinto (2003) foi no século XIX que o movimento feminista teve suas primeiras manifestações em luta da cidadania das mulheres, que eram totalmente excluídas do mundo público. Sendo assim a autora identifica uma primeira tendência que vista do século XIX para o XX até 1932, é classificada por ela como “feminismo bem comportado”, sob a liderança de Bertha Lutz. Nesta primeira fase a luta se pautava em reivindicações pelo direito de votar das mulheres. A segunda tendência classificada por ela refere-se ao feminismo “mal-comportado”, que inclui uma luta de posicionamento mais radical no que se refere à dominação masculina sob as mulheres.

A luta se dava como um “complemento para o bom andamento da sociedade” sem que houvesse mudança nas relações de gênero. Já o “feminismo difuso” é identificado pela autora como uma segunda vertente marcada pela presença de mulheres que compunham uma imprensa alternativa de cunho feminista. Nesta vertente não existe apenas a preocupação com direitos políticos, discutem a defesa da educação da mulher, bem como abordam a temática da dominação masculina contestando o interesse dos homens em deixar as mulheres fora do mundo público.

Já a terceira vertente se relaciona como tema central da exploração do trabalho feminino, com grande liderança de Maria Lacerda de Moura, este seria o menos

⁷ Durante a construção teórica que cabe neste tópico do trabalho as lutas que se desenvolvem em relação ao movimento de mulheres e feminista não é diferenciada. Esta distinção é relatada principalmente nas décadas de 60 e 70 no Brasil onde a luta pelo fim da ditadura, bem como melhores condições de vida dos brasileiros caracterizava o movimento de mulheres, enquanto que a luta do movimento feminista desagua no debate da dominação e opressão vivenciada pelas mulheres. (Ver, BOBBIO, apud KINUPP, 2005). Faz-se aqui uma abordagem coletiva, e geral dos movimentos.

comportado dos feminismos, articulando as questões feministas aos ideários anarquistas e comunistas no Brasil.

A questão da violência enfrentada pelas mulheres enquanto luta do movimento feminista é apontada por Rago (1995/1996) que evidencia o feminismo na construção da esfera pública moderna contestando a posição da mulher como destinatária dos atributos do lar e criticando a violência sofrida pela mesma tanto no âmbito privado quanto público, por meio de uma redefinição do modelo então vigente de masculinidade e feminilidade que colocam a mulher em uma posição de inferioridade.

Evidencia-se, portanto, em ambos os espaços, público e privado nas décadas de 1960 e 1970 a “emergência de uma crítica radical” aos modelos impostos que são organizados por meio de um feminismo que se atenta para as relações de gênero então vivenciadas. (RAGO apud KINUPP, 2005: 51).

É importante situar dentro desse debate do processo histórico de luta das mulheres, o conceito de gênero e sua importância para a luta tanto do enfrentamento da violência contra as mulheres, como demais direitos. Para Conceição (2009) o gênero⁸ abriu portas em relação à construção e desnaturalização do masculino e do feminino, pois nos anos 1970 já se via o gênero sendo objeto de estudos feministas e sua elaboração como a construção social das identidades sexuais.

Sendo assim, o movimento feminista constitui-se com uma grande dimensão teórica e política que infere que não existe apenas uma definição do “ser mulher” e seria equivoco dizer o contrário. Antes o objeto central de discussão era no singular: a mulher, até os anos 1970, com a preocupação de se explicar os motivos que levavam a opressão feminina, bem como uma histórica subordinação patriarcal da mulher. (CONCEIÇÃO, 2009)

Foi a partir dos anos 1970 que o conceito singular mulher tornou-se plural, mulheres. O conceito de gênero aparece justamente nos fins dos anos 1970 como objeto de estudos feministas no intuito de melhor dar conta dos fenômenos observados,

⁸ Miriam Pillar Grossi (2004:5) identifica que dentre as diversas correntes que estudam o gênero, e se utilizam dele como categoria para análise das relações, que vão além de mulheres e homens como objeto de análise existe duas principais correntes teóricas, sendo elas, a corrente pós-estruturalista, onde o gênero é constituído pela linguagem, pelo discurso, sendo que para esse grupo, os discursos possuem significado, não sendo apenas palavras, mas sim a transmissão de uma linguagem, sendo toda a questão do gênero envolto pelo discurso. A outra corrente diz respeito aos estruturalistas, nesta corrente o gênero é constituído sobre um corpo biologicamente sexuado (macho e fêmea).

alterando assim o foco para o qual se destina as discussões, pois passa a promover uma análise que inclua as universalidades em relação ao masculino e ao feminino, porém transpassado pelas especificidades culturais e históricas. (CONCEIÇÃO, 2009)

Assim, o feminismo representou, desde o início, um pensamento articulado com a construção de uma sociedade menos violenta e opressora, desconfiando do que se apresenta como natural na sociedade, aparecendo como “um pensar que promove mudanças”. Esse pensar critica mesmo as noções de debate central para o feminismo em outras épocas passadas que, são revistas e criticadas como o próprio conceito de gênero. “O feminismo(s) não constitui um movimento ou discurso ressentido, é um movimento inclusivo. Não acontece uma guerra pela supremacia da identidade feminina. Há sim, uma batalha pelo fim das identidades rígidas” (CONCEIÇÃO, 2009: 754-755).

Em seus diversos processos e lutas e tomando o gênero como lente de análise das relações, se tentarmos caracterizar de forma geral o movimento feminista, de acordo com Trat (2009: 149), o termo movimento refere-se a “dinâmica própria de um grupo social portador de reivindicações importantes, duráveis e conflituosas”. O movimento feminista caracteriza-se, portanto como movimento social em virtude de sua duração, sendo que as mulheres lutam coletivamente desde a Revolução francesa. As mulheres se mobilizaram ora em nome da igualdade, ora em nome de suas diferenças, sempre contra as “injustiças” de que eram vítimas, reclamando ao mesmo tempo o direito ao trabalho, à educação, ao voto e também à “maternidade livre” desde o começo do século XX. Elas sempre reivindicaram sua identidade como seres humanos e sua liberdade.

“A revolução Americana (1776) e a Revolução Francesa (1789) são momentos fundamentais para a modernidade política quanto às representações da cidadania. A primeira traduz uma perspectiva liberal que atribui toda a sua importância à liberdade individual e à igualdade de todos diante da lei (...). A segunda defende a liberdade, a igualdade e a fraternidade em nome da universalidade (...). A cidadania é vinculada a duas grandes tradições: a tradição liberal (por exemplo, Montesquieu) e a tradição do civismo republicano (por exemplo, Rousseau). O primeiro sublinha os direitos civis e políticos; esses direitos-liberdades que o indivíduo possui face a intervenção do Estado são a garantia da sua autonomia. A segunda tradição é vinculada à formação do interesse geral, tornada possível graças ao envolvimento do conjunto dos cidadãos numa comunidade de interesses políticos; os cidadãos asseguram suas necessidades muito mais nas relações recíprocas do que na sua autonomia. Hoje a noção de cidadania envolve em geral três sentidos: a cidadania é um estatuto (...) é também uma identidade; e, finalmente é uma prática exercida pela representação e pela participação políticas - estas últimas traduzem a capacidade do indivíduo para interferir no espaço público emitindo um julgamento crítico sobre as escolhas da sociedade e reclamando o direito de ter direitos.” (MARQUES-PEREIRA, 2009: 35)

É possível entender que o movimento feminista apesar de suas diversas ramificações e pautas de luta que se diferem de acordo com o fluxo do movimento histórico, é nada mais que, a luta pelo direito de igualdade entre os sujeitos. Isso reflete a importância de um pensamento voltado para a execução de ações que englobem essa igualdade entre todos os seres humanos e neste contexto, igualdade entre homens e mulheres, ou seja, dar as mulheres o direito de exercerem o papel de cidadãs em sociedade. A cidadania neste contexto age como ação conflituosa que está diretamente ligada as relações de poder que se estabelecem em luta de reivindicações, bem como a participação, representação e formulação e criação de políticas públicas. (MARQUES-PEREIRA, 2009)

No terceiro capítulo de seu livro “Mulheres e Movimentos” de Ferreira & Bonan (2005), as autoras, além de um apanhado histórico, como o que já foi apresentado por meio de Pinto (2003), sobre os diversos feminismos brasileiros e referenciando-se dessa forma também aos movimentos de mulheres, apresentam que é no cotidiano que as mudanças geralmente evoluem e se efetivam.

Os movimentos de mulheres fazem investimentos em relação à propagação do debate político, pra que esse atinja mais mulheres, na produção de conhecimento, no fortalecimento de espaços, bem como grupos, organizações e redes, na elaboração de propostas políticas, bem como seu reflexo nas leis e na busca de interlocutores na sociedade civil para a negociação com o Estado. (FERREIRA & BONAN, 2005)

“É fundamental se combinar a universalidade do acesso a direitos sociais, culturais, econômicos, civis e políticos – em síntese, aos direitos humanos – às particularidades derivadas do reconhecimento das desigualdades de gênero. No entanto, a inserção da eliminação da violência de gênero e, portanto, das desigualdades nas relações de gênero na pauta dos direitos humanos tem dupla implicação: a necessária vinculação das lutas feministas às demais lutas sociais, sem perder as suas particularidades; e a constante avaliação do significado dessas lutas a partir do solo histórico em que se gestam, isto é, em um quadro de aprofundamento das desigualdades sociais. É importante recuperar a visão de totalidade necessária à apreensão dos processos sociais em suas múltiplas determinações. Mais do que propor políticas voltadas para as mulheres – absolutamente necessárias, é urgente se lutar para a formulação de políticas públicas de acesso universalizante, que, partindo do reconhecimento das desigualdades de classe, de gênero e étnico-raciais e das particularidades geracionais, sejam capazes de prever a eliminação de barreiras que impedem o acesso daqueles que se encontram em condições subalternas à riqueza material e espiritual produzida coletivamente. Em outras palavras, pensar o possível em condições históricas determinadas não nos deve fazer abrir mão do projeto de uma sociedade sem desigualdades de classe, de gênero e de etnia. Só assim, será possível se apostar na universalização da cidadania. (ALMEIDA, 2005: 7)

Assim a luta das mulheres dentro dos movimentos e grupos reflete a necessidade de uma disputa de poder, em prol não de uma soberania, mas de uma resistência aos valores hegemônicos tradicionais que se apegam ao patriarcalismo, sobrepondo o masculino sobre o feminino, exigindo que as demandas e fluxos das lutas das mulheres, sejam sempre confrontados e repensados no intuito de se adaptar as transformações sociais que vivenciamos na sociedade.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

O conhecimento sobre a violência que enfrentam as mulheres, bem como entender sua abrangência e particularidades se tornou ferramenta importante, na criação de debates que busquem um envolvimento e comprometimento maior com as políticas públicas. O quadro de vulnerabilidade em que se encontram as mulheres precisa ser enfrentado para a constituição de sua cidadania. As políticas públicas agem como incentivadores nessa mudança do quadro de vulnerabilidade deslegitimando por meio dessas políticas a relação violenta que se dá com base em nossa sociedade patriarcal.

Balestero (2011) ao questionar a discriminação da mulher no cenário social e político brasileiro, inicialmente destaca a que se referem à denominação “minorias”, por serem as mulheres componentes deste grupo.

*“Minorias não está relacionada com a qualquer quantidade numérica e sim com um grupo de pessoas que se diferenciam da maioria, seja em virtude de algumas particularidades religiosas, étnicas ou grupos de pessoas com desejos em oposição aos da maior quantidade numérica. Ademais, o termo *minorias* também pode se referir a determinados grupos que não estão no poder ou que não possuem mecanismos democráticos de acesso ao poder ou de serem ouvidos por aqueles que detêm o poder.” (BALESTERO, 2011: 148)*

Já a expressão “grupos vulneráveis” estaria ligada, à questão de poder perante a sociedade e à exclusão social, como a que ocorre com os idosos, os deficientes, as crianças, os homoafetivos e as mulheres. (BALESTERO, 2011: 149)

Sendo assim, as mulheres podem ser observadas como componentes de um grupo minoritário em virtude de toda a desvalorização e dominação política a que estão sujeitas e vulneráveis devido à exclusão social.

No intuito de driblar o regime patriarcal então vigente e retirar as mulheres de uma posição de inferioridade que faz com que incida sobre as mesmas práticas violentas

é que foram criadas no decorrer da história ações que busquem uma transformação e que incidam de forma positiva sobre a vida das mulheres.

De acordo com Bandeira & Almeida (2015:502), em 1948 a Declaração dos Direitos Humanos reafirmou que os direitos sendo universais e inalienáveis não podem reconhecer qualquer diferença na condição de gênero algo que na prática se mostra de forma contrária, sendo a relação entre homens e mulheres dotada de discriminação. Não sendo, portanto a própria Declaração dos Direitos Humanos capaz de estabelecer na prática esta igualdade entre os gêneros é que se atenta para a necessidade de debates e criação de ações por meio de “conferências e convenções que atuem no sentido de reconhecer, assegurar e, sobretudo, implantar e garantir os direitos das mulheres no plano sociojurídico dos Estados nacionais.”

Algumas décadas depois, na primeira Conferência Mundial sobre a situação jurídica e social da mulher, convocada pela Comissão on the Status of Women (CSW), que aconteceu no México em 1975, justamente no Ano Internacional da Mulher, a Organização das Nações Unidas (ONU) transferiu as questões de gênero para o âmbito internacional e não somente de forma particular dos Estados.

Sendo assim seus objetivos pautavam-se na total igualdade de gênero bem como na eliminação de qualquer tipo de discriminação baseada em gênero; no poder de participação para as mulheres nos processos de desenvolvimento; e na maior contribuição das mesmas a paz mundial. (BANDEIRA & ALMEIDA, 2015)

Como desdobramento desta ação da ONU é que se criou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (Cedaw). Um tratado que reconhece o direito das mulheres e que em 1979 foi adotado pela Assembleia Geral. Posteriormente, em Viena, na Áustria durante a Conferência Internacional sobre Direitos Humanos em 1993, houve uma reafirmação dos direitos das mulheres. (BANDEIRA & ALMEIDA, 2015)

No ano de 1994 temos importantes acontecimentos a citar a Convenção Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), também conhecida como Convenção do Cairo, que destaca a mulher como sujeito de direito, baseando nisso um desenvolvimento socioeconômico; a criação de um relatório assinado por 179 países que almeja seguridade em questões como educação, saúde, igualdade, bem como direitos e a redução da pobreza no domínio da sociedade civil; aprovação de agenda que gere comprometimento por parte dos governos com os movimentos feministas e de mulheres, além de outras ações que cabem para a eliminação da discriminação como o

comprometimento com a liberdade religiosa, diversidade sexual, entre outros. (BANDEIRA & ALMEIDA, 2015)

No ano 2000 temos os Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) que tem por meio de 191 países membros da ONU uma reunião de metas, no intuito de lidar com problemas como pobreza, fome e desigualdade entre os gêneros, o que desagua em uma melhoria de vida para as mulheres⁹, sendo os ODMs consequência de um esforço em condensar acordos internacionais ao longo de 1990¹⁰, por meio da Declaração do Milênio das Nações Unidas. (BANDEIRA & ALMEIDA, 2015)

Em 1995 tem-se a Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher que aconteceu em Beijing na China, antecedida de demais conferências realizadas no México em 1975, Copenhague (1980) e Nairobi (1985). Nesta conferência buscou-se além da mobilização das mulheres para discutir temas importantes, a introdução de novos conceitos ligados à equidade da mulher, nela são estabelecidas medidas em prol do combate a discriminação de gênero por meio da Plataforma de Ação de Pequim¹¹. (BANDEIRA & ALMEIDA, 2015)

Farah (2004) considera que, na década de 1980, foram implementadas as primeiras políticas públicas de gênero no Brasil, onde se destaca a criação, em 1983, do primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina e a instituição do Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher (PAISM), e em 1985, da primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher e do primeiro Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Aconteceu também a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, também dita, Convenção de Belém do Pará (1994). Em 2014 no México, comemorou-se duas décadas da Convenção, que contou com a presença dos Estados que a compõe, com 35 representantes, principalmente da América latina e Caribe. Com base nessa Convenção, os diversos grupos de Mulheres e feministas juntamente com a Secretaria de Política para as Mulheres (SPM) propuseram

⁹ Bandeira & Almeida (2015) destacam dois objetivos relacionados à ODMs, sendo eles: o objetivo três, da valorização da mulher e igualdade entre os sexos, e o cinco, baseado na redução da mortalidade materna e na melhoria da saúde da gestante.

¹⁰ Acordos sobre meio ambiente e desenvolvimento, direitos das mulheres, desenvolvimento social, racismo, etc. (BANDEIRA & ALMEIDA, 2015: 503)

¹¹ A Plataforma de Ação foi inovadora em três principais dimensões: 1) a elaboração de um conceito de gênero, segundo o qual as relações entre homens e mulheres são vistas como resultado de padrões sociais e culturais, o que permite sua modificação; 2) a noção de empoderamento da mulher, que ressalta a importância da postura feminina ativa sobre seu desenvolvimento, com a participação do governo e da sociedade na criação das condições para que isso ocorra; e, 3) a ideia de transversalidade, que garante que a perspectiva de gênero seja incorporada em todos os temas abrangidos pelas políticas públicas. (BANDEIRA & ALMEIDA, 2015: 503)

a criação da Lei Maria da Penha (Lei no 11.340), aprovada em 7 de agosto de 2006, sendo esta lei ancorada nas definições da Convenção.

“Afinal, a destacada relevância da Convenção circunscreve-se ao fato de se constituir pioneira e ainda se manter nesse lugar de vanguarda simbólica, legislativa e jurídica internacional em âmbito supra continental, pois “fue el primer tratado vinculante en el mundo em reconocer que la violencia contra la mujer constituye una violación sancionable de derechos humanos”, “declarou Linda Poole, que, na ocasião de sua ratificação pelos Estados-partes, era a secretária executiva da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM).” (BANDEIRA & ALMEIDA, 201: 504)

As conferências, reuniões e tratados que foram sendo realizados no decorrer destes anos, além de colaborarem muito para acrescer o debate em torno da violência contra mulheres, contribuíram para um aperfeiçoamento em termos de políticas públicas. Além da Lei Maria da Penha buscou-se com base na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres, da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República, a criação de Casas-Abrigo e Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, criação de normas e padrões de atendimento, aperfeiçoamento da legislação, incentivo à constituição de redes de serviços, o apoio a projetos educativos e culturais de prevenção à violência e ampliação do acesso das mulheres à justiça e aos serviços de segurança pública. Ampliação esta que se apresenta por meio de leis e documentos como os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, a já referida Lei Maria da Penha, a Política e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, as Diretrizes de Abrigamento das Mulheres em situação de Violência, as Diretrizes Nacionais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, Norma Técnica do Centro de Atendimento à Mulher em situação de Violência, Norma Técnica das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, entre outros.¹²

Lidando com a dificuldade que se impõe sobre as práticas cotidianas, consequência dessa construção hierárquica sobre as diferenças percebidas entre os sexos, os diversos movimentos de luta das mulheres e feminista ,vão construindo junto a grupos governamentais ou não, as possibilidades de políticas que contemplem a situação de subjugação da qual estão sujeita as mulheres. Sejam políticas internacionais, nacionais, estaduais ou regionais, apenas por meio desse viés prático que inclu

¹² Brasil – SPM. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.

concomitante uma reeducação da sociedade é que as práticas violentas cotidianas que recaem sobre as mulheres poderão ser mudadas.

3.2.1 A Lei Maria da Penha

As mulheres vivenciam constantemente lutas diárias em relação aos abusos sofridos dentro do ambiente de trabalho, enfrentando violência moral, assédio sexual, desvalorização, que as impedem de desempenhar de forma completa seu potencial.

Por vezes, são privadas pelos próprios parceiros dos próprios bens e documentos e de fazerem uso de métodos contraceptivos, criando um vínculo ainda maior de dependência da mulher ao homem. Muitas vezes, são impedidas de trabalhar e desenvolver seu papel de cidadã com base nos Direitos Humanos. São tão coibidas psicologicamente que mesmo elas, têm muitas vezes dificuldades em identificar as próprias violências sofridas.

A queda do dito popular “em briga de namorado ou de marido e mulher não se mete a colher”, representa de forma exemplificada o papel desnaturalizador da violência doméstica, que representa a Lei Maria da Penha, ao possibilitar maior empoderamento, informação e respaldo as mulheres vítimas de violência doméstica, pois os atos violentos que atingem a intimidade de um ser humano por vezes recebem outras dimensões que impedem a criação de dados e formulação de políticas públicas.

A Lei Maria da Penha representa um grande passo no quesito do enfrentamento da violência contra mulheres, que envolve percalços ainda mais complicados por se ambientar no espaço doméstico. Porém, apesar das dificuldades jurídicas encontradas em sua efetivação, a mesma tem se mostrado de grande valia para a punição dos atos violentos contra as mulheres, bem como uma mudança nos parâmetros de pensamento no que se refere ao espaço doméstico.

De forma a historicizar a Lei, Bandeira & Almeida (2015:510) apresentam que a LMP é consequência além da luta de mulheres, de um engajamento do Brasil para a proteção dos direitos das mulheres para “intensificar o processo de reforma que evite a tolerância estatal e o tratamento discriminatório com respeito à violência doméstica contra mulheres no país”.

Isso incide sobre a capacitação dos profissionais ligados a esta demanda, sobre uma objetivação dos casos que diminua o tempo de processos, sobre a sensibilização em relação à gravidade da violência doméstica, sobre a criação de instituições como delegacias da mulher, que prestem esse tipo de atendimento específico, e sobre a tomada da Convenção de Belém do Pará como base para compreender a importância do tema do enfrentamento da violência contra as mulheres.

“Em 2007, o Comitê Cedaw prescreveu o dever da República Federativa do Brasil de estruturar os juizados especializados no combate à violência contra a mulher, preconizados pela LMP, em todos os estados e no Distrito Federal. Atualmente, há o total de 87 juizados (ou varas) nas 27 unidades da federação, incluindo o Distrito Federal. Não obstante o número significativo de juizados, este permanece ainda acanhado diante da demanda volumosa, o que significa que tal acesso especial à justiça encontra-se disponível para um contingente ainda bem reduzido de brasileiras, pouco atingindo as mulheres das zonas rurais, as mulheres indígenas e as mulheres negras. A criação dos juizados veio ao encontro dos ditames constitucionais que apregoam ter o Estado à responsabilidade de proteger todos os membros da família, além da mulher.” (BANDEIRA & ALMEIDA, 2015: 510).

A Lei Maria da Penha, nº 11.340 foi sancionada em 07 de Agosto de 2006, pelo então Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva. A lei trata a violência doméstica como uma forma de violação dos direitos humanos, possibilitando que os agressores sejam presos em flagrante, com prisão preventiva decretada, se ameaçarem de alguma forma a integridade física de uma mulher, possibilitando assim uma alteração no código penal que busque medidas cabíveis como a proibição do agressor de adentrar novamente os espaços onde se encontram suas vítimas.

Além disso, a Lei estabelece mecanismos de enfrentamento da violência contra mulheres, ao distinguir as formas de violência contra a mulher (física, psicológica, sexual, patrimonial e moral); também, ao determinar que a violência contra a mulher independa de sua orientação sexual e que a violência praticada contra ela incidirá no agressor com punição que não caiba em penas pecuniárias, retirando também da mulher o papel de entregar a intimação ao agressor, sendo também ela notificada de todos os processos referentes à denuncia e seu respaldo jurídico por meio de um advogado e determina a criação de juizados especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher. (BRASIL – SPM, 2006).

Para Vieira & Oliveira, a criação da Lei representa um avanço em nossa legislação para invadir o espaço doméstico e familiar e enfrentar a violência doméstica

que esteve à frente de tantas pautas feministas que questionaram a operacionalização dos Juizados Especiais Criminais (JECRIMs). Ela contribui para aumentar o potencial ofensivo frente à naturalização da violência nos órgãos judiciais, que reduzia a violência a uma responsabilização meramente familiar, agindo como apaziguadora dos atos violentos no âmbito doméstico contra as mulheres. A Lei inova o campo de proteção a vítima de violência doméstica.

Para a aplicabilidade da Lei, sendo efetivo seu papel, é necessário que todos os atores envolvidos neste processo contribuam para um trabalho em rede fortalecido, para a comunhão do bom andamento dos processos e uma não reprodução da violência contra a mulher. A LMP representa, portanto sua importância ao legitimar a violência como um problema ligado ao Estado e não somente algo que seja resolvido no âmbito doméstico pelo poder patriarcal. Isso incide também sobre diversos grupos e instituições, além da própria conscientização da sociedade civil, e um novo olhar para a violência como fenômeno e seu tratamento tanto às mulheres vulneráveis quanto aos homens agressores.

A necessidade de uma articulação entre diversos atores e instituições põe em pauta a manutenção da esfera judicial e política do trabalho realizado em rede, que deve estar apto à execução da Lei em termos de capacitação dos profissionais, comunicação entre as instituições, manutenção dos aparatos que prestam atendimento e conscientização sobre a gravidade do problema do enfrentamento da violência contra as mulheres.

A própria formação social dos atores envolvidos na aplicabilidade da Lei, também esses gerados dentro de uma sociedade de caráter patriarcal e valores socialmente impostos e discriminatórios, representam dificuldades a serem enfrentadas na ampliação da Lei, envolvendo sistemas de saúde, segurança, assistência sociais e justiça na produção da eficácia esperada. O poder judiciário é transpassado pelos valores discriminatórios naturalizados. (BANDEIRA & ALMEIDA, 2015)

Para Bandeira & Almeida (2015) foi a Convenção de Belém do Pará que abriu espaço para o engajamento dos países em relação ao enfrentamento da violência, pois foi o primeiro tratado específico sobre o ato de combater a violência contra a mulher oriundo do continente sul-americano, sendo a América Latina a região do mundo que mais avançou em relação a este aspecto.

Por meio da convenção demarcou-se, portanto, uma nova fase de ordem jurídica que se contradiz ao poder político patriarcal, representando avanço no desenvolvimento democrático.

“Um dos pontos fundamentais da eficácia da LMP, que se mostra democrática exatamente quando se evidenciam as condições de dar conta, em seu acesso e uso, das complexidades da vida humana e do seu sofrimento, por intermédio do conhecimento desenvolvido em outros campos disciplinares, que não só o Direito, e na militância dos movimentos sociais para alçá-los à grandeza do corpus legislativo nacional e proteger grupos minoritários (...) a eficácia da LMP também está ancorada na capacidade de mudar e de criar representações das quais podem se derivar novas práticas jurídicas que interferem na posição dos sujeitos que lidam diretamente com as leis, assim como de influenciar as pessoas que possam ser por elas orientadas, balizadas ou reguladas. A aplicação eficaz da lei verifica-se, então, para além da perspectiva quantitativa. Ou seja, embora desde 2006 até 2013 já tenham sido expedidas, aproximadamente, 500 mil medidas protetivas e sua efetividade na aplicação tenha atingido, aproximadamente, 50%, esses dados repercutem na necessidade de mudanças no repertório das atividades, seja da área de segurança, seja do Ministério Público, seja do Poder Judiciário.” (BANDEIRA & ALMEIDA, 2015: 14)

Pasinato (2007) expõe alguns dados relacionados à efetividade da Lei com base na Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero (ONG feminista do Rio Grande do Sul) e o Ibope, em parceria com o Instituto Patrícia Galvão (ONG feminista de São Paulo) e o apoio da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, que divulgaram os resultados da pesquisa de opinião “Dois anos da Lei Maria da Penha: o que pensa a sociedade?”

“A pesquisa revela o impacto social da nova lei. Segundo o relatório publicado, dos 2.002 homens e mulheres entrevistados, 68% disseram já ter ouvido falar sobre a lei, sendo esse percentual um pouco maior entre as mulheres (70%). As perguntas sobre percepções sobre a lei mostram ainda que, para a maioria dos entrevistados, a nova legislação é essencialmente punitiva: 33% acreditam que ela pune a violência doméstica, 20% acreditam que serve para colocar na cadeia homens que agredem mulheres. Para 83% dos entrevistados, a Lei Maria da Penha ajuda a diminuir a violência contra a mulher.” (PASINATO, 2007: 5)

O Brasil, por meio da criação da Lei, tornou-se o 18º país na América e Caribe a desenvolver uma ação legislativa que seja específica de enfrentamento da violência doméstica. As ações que giram em torno da Lei ancoram-se por meio de três eixos: o punitivo – apuração dos fatos por meio de inquérito policial, prisão em flagrante ou preventiva e a classificação dos crimes de violência doméstica e familiar enquadrados na Lei; medidas de proteção à mulher vulnerável – por meio de medidas de urgência que resguardem sua integridade física, bem como medida de

assistência no âmbito jurídico - civil; e o terceiro eixo inclui acesso a informação, gerando empoderamento e educação como a responsabilidade em desenvolver uma nova forma de pensamento que não se baseie na reprodução de comportamentos violentos. (Pasinato, 2007)

4 UMA PERSPECTIVA DO TRABALHO EM REDE NO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA/MG: AS POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA PARA MULHERES RURAIS

Após a apresentação do aparato teórico que engloba este trabalho, e sua reflexão com conceitos como violência e gênero, bem como a contextualização com os dados obtidos sobre a violência contra as mulheres em números, principalmente as mulheres rurais, este é o momento em que serão discutidos e contextualizados os dados encontrados bem como, buscou-se realizar uma reflexão acerca dos outros conceitos pertinentes para a pesquisa como é o caso do conceito de rede.

4.1 UMA REFLEXÃO ACERCA DA DEFINIÇÃO DE REDE

Nesta pesquisa buscou-se analisar um processo local de criação de ações, na esfera do Estado, voltadas para o enfrentamento da violência contra mulheres rurais e averiguar a operacionalização dessas ações. Assim, buscou-se analisar o trabalho da rede de enfrentamento da violência contra mulheres no município de Ponte Nova/MG, bem como, de forma específica, a busca da compreensão das condições e demandas que possibilitaram a implantação de uma das Unidades Móveis para Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.

O conceito de rede tem sido bastante utilizado na sociedade definindo dentro da ordem globalizada novas maneiras de socialização bem como de fluxos de informação. Porém trata-se de um conceito interdisciplinar que é trabalhado conforme a área de estudo sendo muito recorrente no campo das Ciências Sociais, na Antropologia e Comunicação, cabendo, portanto, uma distinção conceitual, mas normalmente convergindo em um aspecto geral de definição “a capacidade de articulação e rearticulação permanente”. (ENNe, 2004: 1)

Para Marteleto apud Pacheco, (2015), é da reflexão dos sistemas políticos e de sua organização que nasce os estudos sobre o conceito de rede, posteriormente

evoluindo para a noção de globalização, sendo o conceito normalmente empregado conforme as diversas teorias sociais.

Sendo assim, o conceito possibilita entender o fenômeno a ser analisado com base na configuração da rede, sendo esta, ferramenta de análise de estruturas. Representa, portanto, conjunto de ideias e recursos que buscam interesses e valores comuns, podendo um mesmo ator participar de várias redes, conforme vínculos estabelecidos e atores compondo, também, diversos fluxos de informação e conhecimento com base nas necessidades estabelecidas. Marteleto apud Pacheco, (2015).

Apesar de, apresentar de acordo com o campo de pesquisa diferenças em suas definições, os conceitos definidores de rede perpassam questões comuns que se referem a inexistência de hierarquia, cooperação e objetivos comuns, e intersetorialidade,¹³ traduzindo-se como uma nova forma de organização social da sociedade e do Estado (CASTELLS apud PACHECO, 2015).

No campo de estudo deste trabalho, que se refere ao enfrentamento da violência contra mulheres e especificamente mulheres rurais, identifica-se alguns conceitos primordiais de rede. Tem-se, portanto a rede de enfrentamento da violência contra mulheres; redes de atendimento as mulheres em situação de violência; redes de atenção à saúde e redes sociais.

O conceito de rede de enfrentamento da violência contra mulheres é definido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, como atuação articulada entre instituições/serviços, comunidade, ações governamentais e não governamentais, que objetivem desenvolver estratégias de prevenção da violência, empoderamento das mulheres quanto aos seus direitos, assistência às mulheres em situação de vulnerabilidade, além da responsabilização dos agressores. Esta rede busca também, a efetivação dos quatro eixos previstos na Política Nacional de Enfrentamento da

¹³ A construção de uma rede implica necessariamente a implementação do conceito de intersetorialidade e de complementaridade entre os diversos serviços, sejam públicos, privados, filantrópicos, comunitários, da esfera municipal, estadual ou federal (SANTOS et al., apud PACHECO 2006: 75 -76). Duas redes se complementam na atenção a pessoas em situação de violência: a Rede Intrasetorial, que envolve os diferentes serviços da área da saúde, e a Rede Intersetorial, que envolve os demais setores com interface nesta atenção. (OLIVEIRA, 2014: 25)

Violência contra Mulheres: combate, prevenção, assistência e garantia de direitos (BRASIL - SPM, 2011).

Assim, uma rede que se refere ao enfrentamento da violência contra mulheres:

deveria ter como objetivos: promoção de articulação entre os atores sociais, governamentais e não governamentais envolvidos na elaboração de estratégias de enfrentamento do fenômeno; capacitação profissional para o atendimento especializado de pessoas em situação de violência; ampliação e implantação de serviços na área da violência e otimização de recursos humanos e materiais (OLIVEIRA, apud PACHECO 2015: 76)

A Rede de Atendimento refere-se a ações e serviços de diferentes setores em conjunto (assistência social, justiça, segurança pública e saúde) que objetivem qualidade no atendimento, encaminhamento correto as mulheres em situação de violência e humanização do atendimento. Dessa maneira a rede de atendimento é parte também da rede de enfrentamento, por meio do eixo “assistência” prevista na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres. (BRASIL - SPM, 2011)

Quadro 2.0 Principais características da Rede de Enfrentamento e da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. (BRASIL - SPM, 2011)

Rede de Enfrentamento	Rede de Atendimento
Contempla todos os eixos da Política Nacional (combate, prevenção, assistência e garantia de direitos).	Refere-se somente ao eixo da Assistência /Atendimento
Inclui órgãos responsáveis pela gestão e controle social das políticas de gênero, além dos serviços de atendimento.	Restringe-se a serviços de atendimento (especializados e não especializados).
É mais ampla que a rede de atendimento às mulheres em situação de violência.	Faz parte da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Brasil, 2011.

As Redes de Atenção tem ganhado espaço e força na área da saúde por meio da regulamentação pelo decreto 7.508 de 2011 que a define como articulação entre serviços de saúde que busquem garantir a assistência correta da mesma, possuindo como objetivos: integração sistêmica de ações que propiciem atenção contínua e

integral, de qualidade, responsável e humanizada; incremento do desempenho do sistema em termos de acesso, equidade, eficácia clínica e sanitária; eficiência econômica. (OLIVEIRA, 2014: 14).

Oliveira (2014) define a Rede de atenção por meio da estruturação de uma rede temática¹⁴ (neste caso o tema é a violência). A base para a articulação dessa Rede é a solidariedade e cooperação entre as instituições sendo que as ações para se estruturar a rede de atenção incluem:

“Diagnóstico do território e dos serviços disponíveis; reconhecimento e clara definição dos papéis profissionais que atuam na rede; construção, articulação e pactuação de fluxos ou linhas de cuidado com claros mecanismos de referência e contra referência; estabelecimento de mecanismos formais que assegurem a manutenção da rede (decretos, portarias, protocolos); sensibilização e capacitação permanente de todos os profissionais para a atenção em rede; disponibilizar protocolos, guias, cartilhas para o aprendizado e divulgação da rede para a população.” (OLIVEIRA, 2014: 22)

Na Rede de atenção a comunicação e informação devem ser facilitadas tanto entre as instituições de ponto de atenção quanto com a comunidade, é a comunicação que facilita a qualificação da rede. Exigindo-se até mesmo a criação de material que oriente as pessoas em situação de violência dando a elas fácil acesso a informações pertinentes como contatos e serviços viáveis. (OLIVEIRA, 2014)

Já por Redes Sociais entende-se “um conjunto de relações sociais que mantemos durante nossas vidas, podendo ser constituídas por sujeitos como familiares, parentes, vizinhos, amigos, colegas, conhecidos e instituições como escola, serviços de saúde, ONGs.” Neste conceito a estrutura social torna-se o centro da investigação sendo o antropólogo Radcliffe-Brown um dos primeiros a fazer uso do conceito de redes sociais no início do século XX, sua ideia principal no uso do conceito consistia em contemplar melhor o pesquisador que por meio de observação direta dos indivíduos em sociedade não seria contemplado em averiguar toda a teia de relações sociais. (SILVA, 2016: 15).

Oliveira (2014: 16) apresenta que a estruturação da Rede de atenção a pessoas em situação de violência perpassa por algumas principais ações, diagnóstico de

¹⁴ Redes temáticas são aquelas que se organizam em torno de um tema, segmento ou área de atuação das entidades e indivíduos participantes. A temática abordada é o fundamento desse tipo de rede, seja ela genérica ou específica. O tema aqui abordado - violência, um dos graves problemas de saúde - exige um trabalho em rede de forma articulada, baseado na solidariedade e na cooperação entre organizações. (OLIVEIRA, 2014: 16)

territórios e serviços disponibilizados, reconhecimento dos papéis profissionais e suas definições na atuação em rede, articulação com os mecanismos disponíveis de referência e “sensibilização e capacitação permanente de todos os profissionais para a atenção em rede. Protocolos, guias, cartilhas, disponíveis para o aprendizado e divulgação da rede para a população.”

Quadro 3.0 – Estruturação da Rede de atenção a Pessoas em Situação de Violência - Passo a Passo

PASSOS	ESTRUTURAÇÃO DA REDE - PASSO A PASSO
DIAGNÓSTICO	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mapear todos os serviços governamentais e não governamentais que atuam no cuidado integral, na promoção, defesa e proteção dos direitos das pessoas no território, inclusive serviços de atendimento a homens autores de violência, bem como os serviços regionalizados, quando for o caso. 2. Identificar no município os serviços que se constituem como “porta de entrada” ou primeiro atendimento para atenção integral às pessoas em situação de violências, tanto para as violências agudas quanto para violências crônicas. 3. Caracterizar os serviços/instituições que realizam o atendimento às situações de violências (composição da equipe multiprofissional; existência de protocolos e fluxos de atendimento; articulação em rede – intra e intersetorial –; tipo de atendimento prestado; endereço, telefones, e-mail, horário de atendimento, entre outros).
MOBILIZAÇÃO SOCIAL E ADVOCACY	<ol style="list-style-type: none"> 4. Pactuar, com os gestores locais (distritais, municipais e estaduais) que compõem a rede de cuidado e de proteção social, a priorização da atenção integral às pessoas em situação de violências. 5. Formalizar a rede em atos normativos (leis, decretos, portarias, planos de ação, protocolo de intenção, carta compromisso e outros). 6. Construir alianças estratégicas com Conselhos Tutelares e de Direitos; associações comunitárias; meios de

	comunicação; Ministério Público; Segurança Pública; Poderes Legislativo e Judiciário, dentre outros.
CAPACITAÇÃO PERMANENTE E FORMAÇÃO CONTINUADA	<p>7. Sensibilizar e capacitar os (as) profissionais de saúde dos três níveis de atenção em linha de cuidado, nas dimensões do acolhimento, atendimento (diagnóstico, tratamento e cuidados), notificação e seguimento do caso na rede de cuidado e de proteção social.</p> <p>8. Articular com os serviços de promoção, proteção e defesa dos direitos para a inclusão de conteúdo da atenção integral à saúde na formação continuada para profissionais e gestores(as).</p> <p>9. Articular, com as instituições de ensino e pesquisa, para a inserção do tema da prevenção de violências e para a promoção da cultura de paz, nas disciplinas dos cursos da saúde, assistência social e educação, bem como nas pesquisas.</p>
PLANEJAMENTO E GESTÃO	<p>10. Instituir grupo de gestão colegiada da rede de cuidado e de proteção social de pessoas em situação de violências e suas famílias, para articular, mobilizar, planejar, acompanhar e avaliar as ações da rede.</p> <p>11. Planejar as ações de atenção integral à saúde de mulheres e homens em situação de violências em linha de cuidado, a partir do serviço, para o percurso interno e externo.</p> <p>12. Elaborar protocolos de acolhimento e atendimento humanizados (abordando os aspectos técnicos e éticos) para o serviço de saúde e da rede intersetorial, definindo co-responsabilidades, áreas de abrangência, fluxos do atendimento e seguimento para a rede, com normativas específicas, podendo ser utilizados ou adaptados os protocolos existentes. Lembrando de consultar as Normas Técnicas publicadas pelo Ministério da Saúde, como por exemplo, a de Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual Contra Mulheres e Adolescentes (BRASIL,2012).</p>

	<p>13. Adotar estratégias de acompanhamento e apoio técnico e psicossocial às equipes de saúde que atendem os envolvidos em situações de violência e estimular que a rede intersetorial também siga essas estratégias.</p> <p>14. Implantar/implementar o sistema Vigilância de Violências e Acidentes (Viva Contínuo).</p> <p>15. Divulgar para a sociedade os serviços, com endereço completo e os horários de atendimento, para as pessoas em situação de violências (Guia de Serviços).</p>
--	---

Fonte: Oliveira, 2014

4.2 A REDE DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA/MG

Para início da apresentação dos dados e interpretações desenvolvidos nessa pesquisa, primeiramente é importante conhecer o campo de realização da mesma, ou seja, as instituições que compõe a Rede de Enfrentamento da Violência Contra Mulheres.

Antes de tudo, Crespi (1997) apresenta que o observador de uma pesquisa não apresenta uma neutralidade da realidade estudada, ao contrário, é a própria construção dela, portanto deve selecionar os aspectos por ele significativos. Partindo-se dessa premissa buscou-se inicialmente mapear os órgãos e instituições que atuam na questão do enfrentamento da violência contra mulheres, ligados mais estreitamente ao deslocamento do ônibus lilás.

Diante disso, durante o processo de interação no campo identificou-se que a Secretaria de Assistência e Habitação – SEMASH e a Secretaria de Saúde – SEMSA apresentaram-se mais atuantes, ou talvez seja melhor dizer, em papel de articuladores junto aos problemas que se referem a intervenção para ações de enfrentamento da violência contra mulheres. Essa articulação se dá juntamente com a Delegacia da Mulher e com Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

É importante ressaltar que não se apresenta aqui todas as secretarias e conselhos existentes no município, ou mesmo todas as articulações realizadas em termos de

enfrentamento da violência contra as mulheres, mas sim as que se destacaram durante o processo de construção do trabalho¹⁵.

Isso por si só, representa uma evidencia da pesquisa que incide sobre, como apresenta Crespi (1997), o encontro dos horizontes sociais entre o observador e os atores sociais com os quais se estabelece o contato. É desafiador trabalhar de forma a desenvolver um pensamento bem articulado sobre o trabalho em rede, a intenção aqui não é a de apresentar sua totalidade, mas os caminhos que fazem com que as mulheres rurais sejam colocadas em destaque.

Para que se entenda a realidade do município, é importante, pois, após um primeiro processo de entendimento do conceito de rede, aprofunda-lo por meio das instituições que o compõe. Pois tudo isso, incide sobre a questão de que a rede enquanto instrumento para o enfrentamento “precisa ser construída e dimensionada a partir de uma realidade local, e é essencial que o atendimento seja realizado de forma articulada (...) devido à complexidade do problema” (OLIVEIRA, 2014: 13).

Assim é importante que se estabeleça, também, uma distinção entre os serviços não especializados e especializados de atendimento a mulher que são desenvolvidos no município como forma de entender essa articulação.

Os serviços não especializados de atendimento a mulher constituem a porta de abertura para as mulheres na rede, são eles: hospitais gerais, serviços de atenção básica, programa saúde da família, delegacias comuns, polícia militar, polícia federal, Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS, Ministério Público e defensorias públicas. Nesta categoria se enquadra a SEMESH e a SEMSA. Já os serviços especializados de atendimento à mulher - aqueles que atendem exclusivamente a mulheres em relação ao tema da violência são compostos pelos Centros de Atendimento à Mulher em situação de violência - Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, Ouvidoria da Mulher, Serviços de saúde

¹⁵ Durante este processo de investigação a Unidade Móvel foi sempre evocada como uma operacionalização importante em termos de enfrentamento da violência contra as mulheres, o que rendeu neste trabalho um tópico para o ônibus lilás e atenção especial para o mesmo.

voltados para o atendimento aos casos de violência sexual e doméstica, Posto de Atendimento Humanizado nos aeroportos (tráfico de pessoas) e Núcleo de Atendimento à Mulher nos serviços de apoio ao migrante. Aqui se enquadram o CMDM e a Delegacia da Mulher presentes em Ponte Nova. (BRASIL, 2011)

Entender essa dinâmica é importante para perceber que em relação ao trabalho desenvolvido em rede os profissionais precisam dialogar entre si, devido à pluralidade das instituições e serviços. Normalmente as mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade e, buscam os serviços para recorrer aos direitos quando se encontram presas em casos de violência, não necessariamente irão procurar os serviços especializados.

Grande parte delas chega às instituições sem esse tipo de informação, procurando como identificado neste trabalho, por meio de interação com as profissionais, instituições como o CRAS e CREAS, de assistência social. Dai a responsabilidade das instituições em realizar o correto encaminhamento pelas outras instituições da rede, evitando que essa mulher que está sendo atendida seja desestimulada de seu processo de denuncia pela falta de organização entre os serviços.

Entendendo minimamente esta articulação, fica claro que o fortalecimento da rede engloba, portanto, a articulação entre os serviços que a compõe, definindo fluxos de atendimento compatíveis com as realidades locais os quais devem contemplar as demandas das mulheres em suas diversidades. (BRASIL, 2011)

Em síntese, com base em Oliveira (2014), a Rede está ligada a articulação e formas de organização baseadas na cooperação entre organizações que se conhecem e reconhecem. Assim exige: reconhecer (que o outro existe e é importante); conhecer (o que o outro faz); colaborar (prestar ajuda quando necessário); cooperar (compartilhar saberes, ações e poderes); associar-se (compartilhar objetivos e projetos).

Foi exposto que, o conhecimento e reconhecimento das instituições no município, na busca de se desenvolver uma rede fortalecida no enfrentamento da violência contra mulheres e a sua forte articulação, que resulta ao mesmo tempo como processo de construção e resultado, é necessária.

E em Ponte Nova/MG apesar de o município por meio do trabalho de campo realizado nesta pesquisa e nas informações coletadas, demonstrar que muitos

profissionais entendem a importância do trabalho em rede, bem como buscam alternativas que engrandecem o trabalho, ainda assim são inúmeros os desafios.

Uma das questões identificadas por meio da interação feita com os profissionais bem como por meio do acesso a algumas Atas do Conselho Municipal de Direitos da Mulher refere-se à construção sistematizada de dados estatísticos da violência contra a mulher no município que seja de conhecimento de todas as instituições. De certo, percebe-se que, ainda há uma dificuldade em compartilhar e sistematizar melhor esses dados para que sejam de conhecimento dos atores que interagem por meio da rede com os atendimentos.

Em Ata do CMDM que data de 13 de março de 2017 foi solicitado que se oficiasse a Polícia Civil, através do Conselho Municipal da Mulher, uma correspondência solicitando dados de quais regiões do município possuem maior incidência de violência contra mulher, pois as instituições da assistência social apesar de receberem grande parte das denúncias não tem ainda acesso direto e efetivo a esses dados.

As informações da violência sofrida pelas mulheres muitas vezes são confundidas com dados de violência contra a criança e adolescente, o que demonstra que ainda é necessário um caminho melhor articulado no que diz respeito aos dados estatísticos de violência que contribuem para mapear melhor as regiões de maior necessidade de articulação, bem como organizar melhor o calendário de viagens do ônibus lilás.

4.2.1 A rede vista a partir de seus profissionais

Ao todo participaram das entrevistas semiestruturadas sete homens e duas mulheres, todos profissionais que compõe as instituições da rede e, muitos optaram por não especificar a instituição da qual fazem parte. A seguir é apresentada a opinião dos mesmos no que se refere aos trabalhos desenvolvidos bem como demais questões.

Os primeiros dados obtidos referem-se ao acesso das mulheres as instituições. Se as mesmas possuem acesso facilitado às instituições da rede, tanto mulheres que residem nas zonas urbanas como na zona rural, bem como classe e cor daquelas que normalmente recorrem às instituições, pois por meio de autores já apresentados

anteriormente entendeu-se que por mais que a violência atinja todas as mulheres, a incidência desta violência é diferenciada quando esta é transpassada por questões de classe, cor e moradia.

Tem-se, portanto por meio das próprias respostas dos profissionais que de forma unânime existe uma grande dificuldade, para que as mulheres rurais acessem as instituições que se encontram na zona urbana.

Afinal, denunciaram ter muito pouco ou quase nenhum contato com essas mulheres quando se trata das mesmas procurarem as instituições. O contato relatado pelos profissionais com as mulheres rurais ocorre em situações aonde a instituição vai até estas mulheres de alguma maneira.

Além disso, apesar dos entrevistados concordarem que a violência atinge todas as mulheres, enfatizaram, o fato de que a maior procura para denúncias de caso de violências ocorre a mulheres de classe mais baixa e normalmente negras ou pardas. O que nos retoma discussão brevemente já realizada nos capítulos anteriores sobre a transversalidade de questões como classe e étnico raciais na temática da violência contra as mulheres. Estas questões influenciam diversos aspectos como o maior ou menor acesso a informação, ou mesmo, o processo de vulnerabilidade de uma mulher pode ocorrer de forma diferenciada quando questões como classe e étnico raciais são contrapostas.

Entender esses dados consiste em um pequeno mapeamento, sobre qual o público que mais tem acessado essas instituições, e se nele encontram-se também as mulheres rurais. Os números apresentados referem-se ao posicionamento dos profissionais sobre o assunto, onde por três vezes foi evocado que as mulheres urbanas possuem acesso as instituições de forma facilitada, o que pode ser explicado pela proximidade das instituições da rede que se situam nas zonas urbanas. Apesar disso outras seis vezes foi citado que esse acesso facilitado não ocorre nem mesmo para as mulheres urbanas, sendo julgado pelos profissionais devido à falta de informação de muitas mulheres.

Abaixo serão apresentadas e discutidas algumas falas dos profissionais, que não tem aqui o nome real divulgado. Por se tratar de uma temática muito delicada, os profissionais preferiram o anonimato das respostas. Mas as mesmas são muito

importantes para entender a realidade que enfrenta a mulher rural atendida pelo município.

“As mulheres da zona urbana são mais atualizadas, enquanto as da zona rural há mais receio.” (Entrevistado, homem, 40 anos)

“As (mulheres) da zona rural são menos informadas na maioria das vezes do que as da zona urbana”. (Entrevistada, mulher, 36 anos)

Não existe nenhuma contraposição no que se referem às mulheres rurais, todos julgaram ser pra elas um processo muito mais difícil o de se chegar até as instituições da rede, tanto pela falta de informação, também citada acima, quanto pela localização geográfica, sendo muito baixa a procura das mulheres rurais as instituições da rede. Assim os profissionais expressaram suas opiniões quanto aos desafios em se contemplar ações de prevenção e atendimento para as mulheres rurais.

“Houve poucas mudanças positivas em relação às mulheres rurais, pois estas mulheres são público da violência e onde esta violência é mais velada, porém só em se pensar em fazer algo (referencia ao ônibus lilás) para enfrentar e conscientizar já é um avanço” (Entrevistada, mulher, 36 anos)

“O maior desafio é conseguir proporcionar este atendimento as mulheres rurais de forma mais rápida quando ocorrer à agressão.” (Entrevistada, mulher, 53 anos)

(Sobre a dificuldade em se contemplar com ações de enfrentamento da violência as mulheres rurais) “Atendimento com rapidez”. (Entrevistada, mulher, 42 anos)

“O Problema em atingir as mulheres rurais: As dificuldades começam pelo fato do acesso dessas mulheres aos serviços públicos por se tratar de locais isolados, serem mais problemáticos. No caso de violência doméstica pode ser ainda mais difícil.” (Entrevistada, mulher, 25 anos)

Podemos retomar aqui a problemática que já foi exposta no capítulo 1, que se refere à violência doméstica apresentar mais obstáculos para seu enfrentamento por se tratar de um espaço de hierarquia patriarcal, que apenas há poucos anos passou a ser adentrado pelo Estado de forma a intervir na violência sofrida pelas mulheres dentro do espaço doméstico.

Sendo que, o fato da residência situar-se na zona rural é ainda um agravante, pois distancia os aparatos de repressão da violência, bem como se faz mais forte no campo a cultura de submissão feminina da mulher ao marido (muitas vezes agressor), mesclando a violência sofrida com as obrigações de esposa.

“As mulheres da zona rural, além de terem o acesso mais difícil, muitas vezes não conhecem seus direitos.” (Entrevistada, mulher, 49 anos)

“As mulheres do campo ainda vivem a dependência do marido por isso a situação de violência ainda é muito reprimida.” (Entrevistado, homem, 33 anos)

(Sobre dificuldades em atender as mulheres rurais). “A distância dos equipamentos públicos e a falta de informação.” (Entrevistado, homem, 33 anos)

Tem-se na fala acima a questão da falta de informação, que pela interpretação sobre esses dados nos leva a pensar os aspectos culturais (ou seja, a realidade vivida pelos diferentes jeitos de ser mulher em seus diferentes espaços).

“Conseguir levar (em referencia as viagens do ônibus lilás) profissionais que possam estar enriquecendo ainda mais nosso trabalho.” (Entrevistada, mulher, 40 anos)

“A questão cultural é um fator e a falta de informações e conhecimentos de seus direitos é bem mais acentuado na Zona Rural.” (Entrevistada, mulher, 40 anos)

Com base nos dados que se referem à classe e cor das mulheres que buscam atendimento, Carneiro (2003), apresenta que o processo histórico vivenciado pelas mulheres negras, que também se encontram entre as mulheres de classe mais baixa no Brasil, já é perpassada pela violência desde a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos as mulheres negras e indígenas, tonando-se essa violação sexual o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossa sociedade. Assim por mais que seja a violência contra as mulheres um fenômeno global, sua incidência perpassa questões de cunho específico como as que foram encontradas aqui, onde no município de estudo, a maior procura acontece por parte de mulheres com renda mais baixa, negras ou pardas. Estas questões devem também ser levadas em consideração quando se busca a integração dos serviços a rede, no que se refere a própria promoção dos profissionais em questões de classe e cultura étnico racial.

Para Silveira apud Pacheco (2015), apesar dos esforços empreendidos, a construção de redes esbarra em um Estado marcado por estrutura e cultura estanques e fragmentadas, sendo necessário superar ainda os entraves impostos pela burocracia e pelas diferenças institucionais. Mochnacz apud Pacheco (2015: 75) afirma que em relação aos serviços de atendimento a mulheres em situação de violência, “racionalidades operacionais diversas e conflitantes convivem no conjunto dos serviços e representam obstáculos a um projeto comum, de modo que cada serviço atua de acordo com sistema ideológico, linguagem e objetivos distintos.”

Voltando o foco para as mulheres rurais, ocorreu uma dinâmica significativa durante o processo de interação no campo que diz respeito ao conhecimento dos profissionais em relação à atenção dada as mulheres que residem no campo, resumindo isso nas primeiras cinco palavras que lhes vinham à cabeça, buscando atingir também parte da subjetividade dos participantes. Surgindo assim: Carência, Humildade, simplicidade, pobreza, cultura, consciência, mudança, coragem, auto valorização, acessibilidade, informação, dificuldades, transporte, ameaças, medo, preconceito, dependência, família, vizinho, machismo, alcoolismo, distância, isolamento, Histórico (processo de pai para filho), descaso, falta de respeito, esquecimento, negligência.

Estas palavras dizem respeito à representação presente na mentalidade dos profissionais sobre as mulheres rurais e podem ser reagrupadas. Percebe-se que aqui fluem as representações sobre o modo de vida da mulher rural, bem como aspectos que a distanciam de uma maior acessibilidade, como se percebe em palavras como isolamento, carência, cultura, medo, família, dentre outros, que desaguam como adjetivos já enraizados do que seja a vida da mulher rural quando se trata da influência sofrida pela mesma.

É interessante pensar como todas essas palavras se relacionam tanto as dificuldades em se enfrentar a violência vivida pelas mulheres no campo, em relação à própria cultura e ao atendimento em rede. Formam-se aqui dois grupos de palavras que apresentam significados comuns para análise. Grupo 1: carência, humildade, simplicidade, pobreza, cultura, consciência, coragem, autovalorização, medo, preconceito, família, vizinho, machismo, histórico, falta de respeito. O processo de preconceito gerado as mulheres em virtude da cultura patriarcal vigente na sociedade, é inserido aqui em um complexo de relações que envolvem tanto atributos que

normalmente são associados como características femininas das mulheres rurais como as dificuldades geradas por essas características. No grupo 2 é possível identificar questões que incidem sobre os obstáculos a serem enfrentados tanto pelas mulheres rurais, quando pela rede que busca atendê-la, vemos portanto, mudança, acessibilidade, informação, dificuldades, transporte, ameaças, dependência, alcoolismo, distância, isolamento, esquecimento, negligência, descaso.

O intuito em se pensar essas questões é justamente como um indicativo de barreiras a serem transpostas, e que mostra que o fenômeno da violência que perpassa a vida das mulheres rurais é complexo e exige ações integradas junto às instituições para driblar barreiras, por exemplo, como a dependência financeira do marido¹⁶, à distância e isolamento das instituições, o acesso à informação, bem como o tratamento dos homens (alcoolismo)¹⁷.

Assim, buscou-se por meio das entrevistas averiguar sobre a concepção que os próprios profissionais possuem sobre a Rede de atenção às pessoas em situação de violência no município, entendendo como foi apresentado por Oliveira, que é preciso conhecer e se reconhecer dentro deste processo, sendo os profissionais ao mesmo tempo articuladores da rede e a própria rede.

“A rede é um grupo de profissionais que se reúnem através das instituições, ao qual representam para garantir que as políticas públicas sejam efetivadas e o direito dos que a procuram sejam garantidos.” (Entrevistada, mulher, 25 anos)

“É uma rede que visa atender o maior número de mulheres possível e conscientizá-las, sobre o que é a violência contra a mulher, como acontece e como denunciar.” (Entrevistada, mulher, 42 anos)

(Desenvolver o trabalho na rede de enfrentamento). “Significa encorajá-la (mulher) e permitir que elas tomem consciência das formas de violência existentes.” (Entrevistada, mulher, 40 anos)

¹⁶ Muitos estudiosos hoje têm defendido a ideia de que a independência financeira da mulher contribui para seu empoderamento e autonomia bem como estratégia de enfrentamento da violência contra as mulheres, pois as retira da situação de dependência financeira do agressor.

¹⁷ A discussão sobre a construção da masculinidade que foi vista no capítulo 1, chama atenção para a necessidade não apenas do empoderamento das mulheres, mas a reeducação e tratamento dos homens. Por meio da discussão de Grossi (2004) viu-se que as masculinidades são transpassadas pela violência dando aos homens apenas expressão da raiva e socialização em espaços tidos como masculinos, como é o caso do uso do alcoolismo.

“São serviços da área de assistência social, justiça, saúde garantindo a constituição da autonomia das mulheres, os seus direitos.(Entrevistada, mulher, 53anos)

“Imagino que seja uma ação conjunta entre instituições públicas, policiais e sociedade com a intenção de prevenir e combater a violência contra mulheres.” (Entrevistado, homem, 33 anos)

“A rede de Enfrentamento a Violência a mulher deveria estar focada na ação preventiva dos programas e serviços ofertados na assistência básica através do SFV (Serviço de Fortalecimento de Vínculos e CRAS, através do PAIF dentre outros), e no caso da melhoria de renda (que ajuda numa maior independência) e posteriormente em caso de violência através do CREAS.” (Entrevistada, mulher, 40 anos)

“O trabalho (rede) começa com a conscientização da vítima e vai até as medidas jurídicas cabíveis quando necessário. Para tal é necessário o fortalecimento da rede de atendimento que vai abranger diversos serviços públicos, que envolvem a área da saúde e educação e assistência social.” (Entrevistado, homem, 33 anos)

“Atuação articulada entre instituições que tentam e visam garantir o empoderamento da mulher vítima de violência bem como a construção de sua autonomia. 4 eixos são importantes: Combate; Prevenção; Assistência; e a Garantia de Direitos.” (Entrevistada, mulher, 40 anos)

Quando os profissionais discorreram sobre ações que existam no município e que sejam voltadas para o enfrentamento da violência contra as mulheres rurais tanto o ônibus lilás como serviços da rede não especializada foram bastante citados.

“Sobre políticas existentes: Apesar de não estar muito ciente do assunto, sei que há algumas atividades entre polícia e repartições da prefeitura, incluindo a SEMESH, para tratarem sobre o assunto “violência”, como reuniões feitas com representantes das entidades envolvidas. Acredito que a “violência contra a mulher” esteja na pauta”. (Entrevistada, mulher, 49 anos)

“Existe o CREAS, CRAS, que são entidades em que se oferece proteção caso seja solicitada.” (Entrevistada, mulher, 23 anos)

“Grupos de oficina do CRAS, CREAS, e trabalho desenvolvido através da Unidade Móvel de Enfrentamento a Violência contra a mulher”. (Entrevistada, mulher, 23 anos)

Sobre ações voltadas para mulheres rurais. “Existe a Unidade Móvel de enfrentamento a violência contra a mulher (Ônibus Lilás)”. (Esta fala foi mais recorrente)(3)

“Os grupos de oficinas do CRAS, CREAS e o trabalho realizado através da Unidade Móvel de Enfrentamento a Violência a mulher”. (Entrevistada, mulher, 42 anos)

“Existe o Ônibus Lilás de Enfrentamento a Violência Contra a mulher rural. O ônibus foi cedido a cidade de Ponte Nova em 2015. Neste ano já realizamos mais de 20 visitas às Zonas Rurais desde Fevereiro. Inicialmente o ônibus percorria a zona rural semanalmente. A partir de Junho começamos a realizar quinzenalmente. Será realizado no próximo mês uma reunião para realização de novo cronograma”.(Entrevistada, mulher, 40 anos)

“Não consigo ver muitas mudanças positivas. A violência tem crescido assustadoramente e pouco se tem feito para reverter essa situação”. (Entrevistada, mulher, 33 anos)

Pouco se tem feito em relação a mulher rural. “O Ônibus Lilás age no sentido de prevenção da violência, mas muito mais ainda precisa ser feito”. (Entrevistada, mulher, 33 anos)

“Sou responsável pelo projeto juntamente com a SEMASH. A Unidade Móvel já percorre diversas Zonas Rurais desde Fevereiro de 2017. O projeto já existia antes, porém eu não fazia parte. Já visitamos: Pontal (2 vezes), Cachoeira, Manoel Lucas, Santa Helena, Massangano, Bomfim, Bananal, Ana Florencia, Lagoa Seca, Corrego do Ouro, Vau Açú, Unisa, Chopoto, Carana, Serra dos Pinheiros, Quilombo, Laje do Piranga, Mapro, Nogueira, Ranchos Novos, Cedro, Ribeirão, Dioguinho, Sesmaria. Esse trabalho tem sido muito gratificante, me sinto realmente feliz em poder ajudar tanta gente. Sinto em cada lugar que percorremos, a alegria delas e a gratidão pelo nosso trabalho. Somos muito respeitados. A grande dificuldade que encontro é em relação a conseguir profissionais que possa estar nos auxiliando”.(Entrevistada, mulher, 40 anos)

“No momento só conheço o “Ônibus Lilás”, e este tem fortalecido e encorajado a mulher do campo”. (Entrevistada, mulher, 40 anos)

“O ônibus lilás leva informação as mulheres do campo, fazendo com que a mesma conheça os seus direitos e este tem encorajado muitas mulheres”. (Entrevistada, mulher, 36 anos)

“Acho que ele (ônibus lilás) buscou levar nos lugares de maiores dificuldades de acesso informações referentes ao enfrentamento à violência contra mulher, principalmente no que diz respeito as mulheres rurais”. (Entrevistado, homem, 40 anos)

“Ele (ônibus lilás) tem a finalidade de trabalhar as questões de violência priorizando a zona rural, um dos desafios é a falta de uma equipe específica e exclusiva para atendimento no ônibus”. (Entrevistado, homem, 40 anos)

Apesar dos desafios, está claro que os profissionais veem o ônibus como uma operacionalização positiva para o enfrentamento da violência contra mulheres da zona rural, expondo alguns obstáculos como a falta de equipe permanente, bem como a pouca rotatividade de profissionais nas articulações do ônibus quando este realiza as viagens. Durante o processo de interação no campo essa foi uma das questões sempre levantadas, a de que apesar de serem levadas pessoas de diversas instituições, o que será melhor visualizado no tópico seguinte, ainda sim a articulação se desenvolve muito entre os mesmos profissionais, e que não são equipe permanente do ônibus.

No horizonte do Programa “Mulher: Viver sem Violência”¹⁸, as unidades móveis, também chamadas ônibus lilás, são adaptadas para levar serviços especializados da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência ao campo, floresta e águas, incluindo serviços de prevenção, assistência, apuração, investigação e enquadramento legal. De forma complementar atuam na difusão da informação com ações de cunho educativo no que se refere a assuntos voltados para a violência contra as mulheres como, por exemplo, a Lei Maria da Penha. (BRASIL - SPM, 2015)

¹⁸ É um Programa do Governo Federal em conjunto com o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, o programa visa articular o atendimento integral das vítimas por meio de serviços públicos de segurança, Justiça, saúde, assistência social, acolhimento, abrigo e orientação para trabalho, emprego e renda na Casa da Mulher Brasileira. O Mulher, Viver sem Violência é formado por seis eixos estratégicos: construção, reforma predial, equipagem e manutenção da Casa da Mulher Brasileira – uma por capital; transformação da Central de Atendimento à Mulher- Ligue 180 em disque-denúncia; organização dos serviços na saúde e na coleta de vestígios de crimes sexuais, em parceria com os ministérios da Saúde e da Justiça; criação de seis centros de atendimento em fronteiras secas para enfrentar o tráfico de mulheres; campanhas continuadas de comunicação para prevenção da violência; e unidades móveis para o acolhimento de mulheres rurais. O programa tem um investimento total de R\$ 305 milhões, somados ao orçamento inicial os R\$ 30 milhões para a aquisição de 54 ônibus e os R\$ 10 milhões referentes à manutenção dos veículos, que circularão no interior dos estados e do Distrito Federal levando serviços de segurança pública e de justiça. (BRASIL - SPM, 2013)

Figura 2.0 - Unidade Móvel de atendimento às Mulheres em Situação de Violência



Fonte: Arquivo do CREAS/PN - Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Ponte Nova/MG.

Os ônibus são entregues pelo governo federal à gestão dos governos estaduais para percorrer as comunidades rurais do estado objetivando a implantação de um modelo de atendimento multidisciplinar composto por profissionais das áreas de serviço social, psicologia, atendimento jurídico e segurança pública permitindo dessa forma a interação dos diversos serviços para a orientação adequada e humanizada e o acesso das mulheres que vivem no campo e na floresta aos serviços da Rede de Atendimento à Mulher em situação de Violência. Assim, busca realizar ações de assistência, apuração, investigação e enquadramentos legais, respeitando os direitos humanos e aos princípios do Estado Democrático de Direito e tendo por norte os eixos do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. São os governos estaduais, que planejam as ações da Unidade Móvel em conjunto com as prefeituras dos municípios contemplados e representantes da sociedade civil nos Fóruns Estaduais de Enfrentamento à violência contra as mulheres e mulheres do campo¹⁹. (BRASIL – SPM, 2015)

¹⁹Discute, formula e implementa políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres que vivem no campo e na floresta. Essa tarefa demanda a mobilização de esforços do Estado, representado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres e os Ministérios parceiros, em conjunto com instituições e movimentos de mulheres rurais. Em agosto de 2007, o Governo Federal – por meio da SPM, em parceria com os demais ministérios – instalou o Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do Campo e da Floresta, em resposta a uma demanda histórica da Marcha das Margaridas. Fazem parte do Fórum as principais organizações e instituições de mulheres rurais e os Ministérios do Governo Federal.

A distribuição do ônibus acontece por parte do governo federal, sendo 54 unidades móveis (2 por estado e para o DF), que desenvolvem suas atividades tendo por norte os eixos do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. São adaptados e equipados com duas salas para o atendimento emergencial, com equipe multidisciplinar treinada para a escuta das denúncias das mulheres e para prestar primeiro atendimento. Circulando pelas áreas mais remotas e afastadas dos centros urbanos, possibilitando o acesso das mulheres que vivem nessas regiões aos serviços da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, com orientação adequada e humanizada. O planejamento, a articulação e o monitoramento das ações das Unidades Móveis são feitos por meio dos Fóruns Estaduais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta. Estima-se que a ação desenvolvida com o apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), por meio da doação dos ônibus e manutenção, já beneficiou cerca de 16 mil mulheres com as 54 unidades móveis existentes no país.

O ônibus já chegou a diversas regiões como Bahia, Rio Grande do Norte, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Rio Grande do Sul, Sergipe, Alagoas, Amazonas. Hoje, Minas Gerais conta com três Unidades Móveis em Belo Horizonte, Araçuaí e em Ponte Nova. A de Belo Horizonte que já realizou visita a oito comunidades quilombolas dos municípios de Barbacena, Conceição do Mato Dentro, Belo Vale, Jaboticatubas e Paraopeba. (BRASIL - SPM, 2015)

Em Ponte Nova/MG a Unidade Móvel foi apresentada a população no ano de 2015 durante o encerramento das comemorações voltadas para o Dia Internacional da Mulher que foi organizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação – Semash, ocasião também em que houve a solenidade de reestruturação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM)²⁰, com a posse de seus novos membros. O

Em 2013, foram criados os Fóruns Estaduais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, com as funções principais de:

- i) acompanhar e viabilizar a implementação das Diretrizes para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta;
- ii) e planejar, articular e monitorar as ações das Unidades Móveis para o Atendimento às Mulheres do Campo e da Floresta Vítimas de Violência. (BRASIL - SPM, 2013)

²⁰ O CMDM tem como finalidade formular diretrizes, programas e políticas públicas relacionadas à melhoria das condições de vida das mulheres e à eliminação de todas as formas de discriminação e violência, de modo a assegurar-lhes plena participação e igualdade nos planos político, econômico, social, cultural e jurídico.

tema da violência contra as mulheres foi abordado na ocasião, discutindo-se os desafios para o mesmo, com a presença da assessora especial da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Raimunda Celestino de Mascena que após a discussão do tema apresentou a todos a Unidade Móvel para o Enfrentamento da Violência contra a Mulher que já se encontrava estacionada em frente ao prédio da prefeitura. Trata-se do 54º veículo doado pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres a várias cidades do país, com o intuito de levar atendimento, acolhimento e orientação, por meio de equipe multiprofissional, às mulheres em situação de violência moradoras de comunidades rurais, distritos e localidades mais distantes da área urbana.

²¹ Além de atender aos bairros e zonas rurais de Ponte Nova, o ônibus também atende parte das cidades que compõem a Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Rio Piranga (Amapí).

Além da cidade de Ponte Nova, os municípios de: Oratórios, Santo Antônio do Grama, Teixeiras, Acaiaca, Raul Soares, Diogo de Vasconcelos, Guaraciaba, Rio Casca, Dom Silvério, Amparo do Serra, Mariana, Urucânia, Sem peixe, São Pedro dos Ferros, Abre Campo e Piedade de Ponte Nova compõe as regiões contempladas pelas viagens do ônibus. Sendo que o processo inicial de implementação do ônibus como despesas de combustível, manutenção e etc e as resoluções legais destas questões foram inicialmente realizadas em assembleias da AMAPI. Para que o ônibus chegasse a cidade foram realizados encontros em fevereiro de 2015 no auditório da Secretaria Municipal de Saúde, para explanação acerca da doação de unidade móvel (ônibus), por parte do Governo Federal. Participaram da reunião secretários e representantes da área de Assistência Social de 12 municípios que compõem a microrregião do Vale do Rio Piranga: Dom Silvério, Diogo de Vasconcelos, Oratórios, Mariana, Rio Doce, Vermelho Novo, Barra Longa, Santo Antônio do Grama, Urucânia, Acaiaca, Abre Campo e Ponte Nova. Sendo apresentadas aos presentes propostas de construção de um atendimento itinerante da unidade móvel, estendido a outros municípios da microrregião. Ficou acordado que os municípios iriam indicar profissionais para participarem de capacitações preparadas pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Viçosa (NIEG/UFV). Também marcaram presença na reunião representantes da “Casa das Mulheres” de Viçosa, vinculada ao NIEG/UFV. E em

²¹ Informações retiradas do site oficial da prefeitura municipal de Ponte Nova que foram contrapostos as informações retiradas em campo durante o processo de interação dos profissionais, para validar a veracidade dos dois, constando aqui apenas as informações que foram também adquiridas em campo.

27/01, gestores do Executivo receberam, no Gabinete do Prefeito, a assessora da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-RP), Raimunda Celestina de Mascena, para tratar do assunto.²²

O ônibus que foi entregue a Ponte Nova, possui duas salas de atendimento, equipadas com computadores com roteador, pontos de internet e impressoras multifuncionais, cabine com capacidade para transporte de seis profissionais, cadeira de transbordo para deficientes, geradores de energia, ar condicionado, projetor externo para telão, toldo, cadeiras, além de copa e banheiro adaptado.

O Ônibus ficou parado durante todo o ano de 2015, retomando o trabalho somente em 2016. Para entender como se deram as viagens faz-se uso aqui das relatorias dos anos de 2016 e 2017 que transparecem as vozes dos profissionais que compõe a rede que articula e organiza as demandas das viagens já que são eles os relatores das mesmas.

Neste momento são apresentados os dados encontrados no que se refere à caracterização das viagens realizadas pelo ônibus lilás com base nas relatorias²³ estruturadas pelos profissionais da rede, que compunham o grupo de cada viagem realizada pelo ônibus. Dessa forma objetiva-se neste momento do trabalho conhecer a maneira como se dá a operacionalização da Unidade Móvel, sendo este, um elemento constitutivo da rede no município em Ponte Nova/MG, identificando os bairros e demais municípios por onde o ônibus passou, quais os serviços e instituições agem na articulação e desenvolvimento das atividades do mesmo, refletindo sobre como a Rede de enfrentamento se agrega das atividades do ônibus.

Apesar de ter escolhido não desenvolver pesquisa direta com as mulheres em situação de violência em virtude de uma imaturidade ainda enquanto pesquisadora e preocupação social em não comprometer de forma negativa os processos de denuncia de violência, procuro identificar por meio das relatorias quem são essas mulheres e o universo da qual fazem parte e se o ônibus gera impacto na vida dessas mulheres, bem como na dos profissionais da rede. Abaixo foram estruturados as informações que sejam

²² <https://pontenova.mg.gov.br/>.

²³ Esse material foi compilado graças à contribuição do CREAS e da Secretaria de Assistência Social que disponibilizaram acesso a materiais da viagem.

consideradas pertinentes para análise nesta pesquisa, com base nas atividades desenvolvidas pelo ônibus lilás observadas nas relatorias.

Nas viagens realizadas pelo ônibus, além da apresentação às pessoas do que seja a Unidade Móvel, mostrando que apesar do atendimento ser realizado nele, caso haja denuncia esse caso será acompanhado por todas demais instituições da rede de forma a respaldar as mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade, o tema central sempre abordado é o da violência vivida pelas mulheres, com foco em discussões que mostrem os direitos das mesmas bem como busquem desconstruir a violência como algo natural. Nesse processo de discussão da violência além da discussão do que é a violência vivida pelas mulheres, muitos debates giram em torno de ensinar a população a identificar as violências já que normalmente apenas a física é concebida como tal, ao mesmo tempo em que buscam nas atividades desenvolver dinâmicas que valorizem as mulheres do campo, contrapondo-se a inferioridade que é culturalmente imposta a elas.

A seguir com base nas relatorias estão os temas abordados, tanto os principais como os demais temas, parceiros da rede nas viagens e tipos de atividades desenvolvidas.

Dentre os temas abordados estão:

Abordagens centrais:

Apresentação sobre o que é a Unidade Móvel de atendimento;

Palestras sobre o trabalho das instituições e como cada uma pode contribuir para o atendimento e encaminhamento em casos de violência;

Palestras sobre autoestima da mulher Lei Maria da Penha e perfil do benefício bolsa família.

Abordagens secundárias:

Esclarecimentos acerca da Seguridade Social e Educação Previdenciária;

Horários de coleta de lixo abordando os malefícios acarretados pela exposição do lixo;

Prevenção do câncer de mama e dicas de como viver melhor e com saúde;

Como realizar o racionamento e preservação da água;

Dicas de alimentação saudável e armazenamento correto dos alimentos;

Como fazer uso de medicação controlada;

Informações sobre regularização de terras, declaração de posse mansa e pacífica e Programa Brasil sem Miséria (PSM);

Campanha “Setembro Amarelo”, que é uma Campanha Mundial que ocorre em todo o mês de Setembro, para prevenção do suicídio;

Esclarecimentos e dicas de como evitar acidentes domésticos;

Cuidados e necessidades indispensáveis a saúde bucal das mulheres;

Optou-se por montar um quadro resumo dos relatórios, pois em muitas viagens o foco é o mesmo alternando apenas a região e uma coisa ou outra em virtude da necessidade do local visitado. Percebeu-se como um obstáculo as relatorias a falta de uma descrição mais aprofundada por parte dos relatores, um dos desafios apresentados pelas instituições que se refere a uma equipe fixa e capacitada a cada função dentro do ônibus.

As abordagens centrais se referem aquilo que independente do lugar é sempre o foco principal que sobre a informação a respeito da utilidade do ônibus e da questão da violência. Afinal mais do que levar informação é necessário que haja uma reeducação sobre os papéis de gênero que naturalizam a violência vivida pelas mulheres rurais pois

naturaliza-se o papel de esposa submissa, mãe esmerada, com isso, as diferenças se refletem em outras desigualdades, como na remuneração da mulher em relação aos homens, na má distribuição de renda, no assédio sexual, na presença não tão expressiva de mulheres em cargos de chefia ou na política. (SILVA, Cláudia; MIGUEL, Ângela, 2016 : 28)

Os temas secundários envolvem um processo de articulação entre as instituições que aproveitam do espaço e oportunidade de locomoção do ônibus para levar outras questões que se referem à saúde da mulher, que como apresenta Silva & Miguel (2016)

é essencial que se tenha um diálogo entre a saúde pública, que, na maioria das vezes, é a porta de entrada das mulheres vítimas de violência, com outros serviços, como segurança pública, serviço social, educação, de modo que se forme uma rede bem estruturada e articulada juntamente com a sociedade civil para assistir essas mulheres.

Sobre esse tipo de articulação realizada tem-se aqui uma maior discussão da Rede não especializada de atendimento a mulher em situação de violência e o empoderamento necessário a uma mudança de mentalidade e padrões. Com os trabalhos de Rezende e Andrade

Ao final dos encontros as mulheres são convidadas a conhecer o interior do ônibus bem como tudo o que ele disponibiliza em termos de infraestrutura e instrumentos de trabalho. Na maioria das viagens acontece um interesse coletivo em conhecer o Ônibus, mas acontece também o interesse individual por parte de algumas mulheres que após entenderem que a violência não é só física procuram o atendimento individual para denunciar outros tipos de violência, sendo que por meio das relatorias a violência psicológica foi bastante citada.

Ao procurar saber dos profissionais como era o processo pós- viagem, ou seja, se eles identificavam mudanças, relataram que algumas mulheres denunciam, depois das palestras e informação levada pelo ônibus, mas ainda existe uma grande resistência, pois as mulheres ainda tem muito medo e vergonha de denunciarem, alguns profissionais disseram perceber durante as atividades mulheres chorando, ou mesmo demonstrando muita resistência aos temas, mas sempre com interesse em conhecer o interior do ônibus e onde é feito o atendimento.

Também aproveita-se das viagens para que se aplique vacinas de gripe aos idosos presentes, pra que se faça testes rápidos de HIV e Hepatite a distribuição de Panfletos, folders, cartilhas, dentre outros, sobre a temática do enfrentamento da violência contra a mulher e demais temáticas citadas acima. Sendo que, a maioria das atividades é realizada por meio de uma roda de conversa, no intuito de deixar os participantes mais à vontade. O público alvo do ônibus são as mulheres rurais, mas sempre o público é diversificado com homens, crianças e idosos.

Figura 3.0 - Viagem ao município 4



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno da violência que norteou toda a produção deste trabalho é tema complexo e nesta pesquisa foi analisado partindo de um estudo da perspectiva da Rede de enfrentamento da violência em Ponte nova/MG. Objetivando de forma específica apresentar uma análise por meio das vozes dos profissionais do que concerne o trabalho de articulação em rede voltado para o trabalho desenvolvido pelo ônibus lilás, buscando apresentar uma perspectiva local e regional do trabalho desenvolvido pelo mesmo no enfrentamento da violência contra as mulheres rurais, sendo este o foco de contemplação da unidade móvel de atendimento a mulher em situação de violência.

A violência foi entendida aqui não como desvio de conduta, mas sim como fenômeno por estar ligada as construções sociais em sociedade que fazem das diferenças violências, e que por meio das construções sociais do gênero fazem da violência ferramenta de supremacia do masculino sobre o feminino.

Entende-se que apesar de ser a mulher vulnerável a varias situações e tipos de violência em seus diversos espaços de convivência, é no âmbito domestico que se encontram as maiores barreiras de enfrentamento por ser este local do “chefe de família” e onde as violências sofridas pelas mulheres são transpassadas por papeis socialmente impostos e que dificultam que o estado adentre neste espaço. Apesar disso com a criação de ações como, por exemplo, a Lei Maria da Penha esse quadro tem mudado apesar de ainda existir muito a ser feito. Em relação as mulheres rurais o ônibus lilás age de forma a chegar ate essas mulheres e isso só acontecerá da maneira correta se as instituições que prestem esse tipo de atendimento articularem-se entendendo a responsabilidade que os mesmos possuem sobre essas questões.

Assim partiu-se de uma perspectiva histórica do fenômeno da violência que enquanto problema de saúde global tem interferido tanto na construção sadia da identidade das mulheres que vivem nas zonas rurais, apresentando sobe estas especificidades no que concerne ao seu local de moradia, encontrando-se distantes dos dispositivos a serem acionados em caso de violência, o estudo sob o ônibus lilás é importante justamente por ser este uma operacionalização do trabalho em rede que busca driblar a distância geográfica que estas mulheres enfrentam das instituições, bem

como levar informações sobre o enfrentamento da violência vivida por elas também em um intuito de prevenção para a garantia dos direitos das mesmas.

Apesar de ainda ser necessário que se crie mais dados sobre a violência que as mulheres sofrem no campo, uma amostragem aqui desenvolvida já estabelece que é muito grande a violência enfrentada pelas mulheres e no âmbito rural esta violência é mais velada

Os profissionais que compuseram esta pesquisa e que atuam na articulação da rede entendem que a cultura que gera o medo e a vergonha da denuncia, bem como a falta de informação das mulheres, que são fatores que contribuem de forma negativa sobre a pouca procura das mulheres rurais as instituições de socorro.

As mulheres a muito vem lutando por diferentes pautas e direitos que foram ganhando espaço por meio de suas diversas manifestações principalmente graças ao movimento feminista e de mulheres, a luta pelo enfrentamento da violência contra as mulheres rurais é mais recente porem tem ganhado espaço em termos de politicas publicas com o movimento de trabalhadoras rurais e ações de reivindicação como a marcha das margaridas.

Para que se gere ações de cunho local no município de ponte nova o conceito de rede deve ser adequado a realidade local, sendo sempre repensado em sua definição para a criação de estratégias unindo forças aos diferentes setores e serviços que auxiliam na prevenção da violência, garantia de direitos e enfrentamento da violência das mulheres moradoras dos campo, aguas e florestas. Articulando-se também em termos nacionais das politicas publicas que compõe alternativas de enfrentamento.

O município de ponte nova possui instituições especializadas e não especializadas de atendimento a mulher e o ônibus lilás é visto como um privilégio que apesar das dificuldades e desafios que ainda tem-se a enfrentar, não pode ser desconsiderado em relação a sua importância na questão do enfrentamento da violência contra as mulheres rurais. Pois percebe-se que em termos nacionais o ônibus já tem contemplado muitas mulheres e no município de estudo neste trabalho surgiram denuncias durante as viagens realizadas pelo mesmo, mas existiu a dificuldade em tratar de forma horizontal os casos na articulação entre as instituições.

**ANEXO 1 – FOTOS REFERENTES AS VIAGENS REALIZADAS PELA
UNIDADE MÓVEL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS
MULHERES**

Figura 4.0 - Ônibus Lilás



Figura 5.0 - Viagem ao município 1



Figura 6.0 - Viagem ao município 2



Figura 7.0 - Viagem ao município 3



Figura 10.0 - Convite destinado as comunidades

Convite



A Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação (SEMASH), por meio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e a Emater, convidam para o "Encontro com Mulheres".

Data: 09/05/17 (terça-feira)

Horário: 14h

Local: Chopotó



Realização de atividades na Unidade Móvel de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, prestação de serviços socioassistenciais e de saúde, apoio jurídico e assistência técnica rural.



Prefeitura de
Ponte Nova
Gestão 2017-2020
Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

Figura 10.0 - Convite destinado as comunidades



I MULHER PONTENOVENSE

**IGUALDADE
DE GÊNERO**

Serão oferecidos gratuitamente:

- Emissão de Carteira de Identidade (1ª via)
- aferição de Pressão Arterial
- Corte de Cabelo
- Glicemia
- Maquiagem
- Limpeza de Pele
- Massagem Capilar
- Orientação Jurídica
- Atendimento da Delegacia de Mulheres
- Palastras
- e outros

PARTICIPE

Tema: **Igualdade de Gênero**
Local: **Praça de Palmeiras**
Data: **12/03/2017**
Horário: **09 às 15 horas**

Realização

**POLÍCIA
CIVIL**
MINAS GERAIS

APOIO

TJMG
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DE MINAS GERAIS

CENTRO JUDICIÁRIO
DE MINAS GERAIS

Figura 11.0 - Convite do primeiro Mulher Pontinovense

Observação:

Se você tem algum desses sintomas ou conhece alguém que tem precisa de ajuda. Procure ou encaminhe para a Unidade de Saúde mais próxima para atendimento. O que você não deve fazer é ficar sozinho, calado, quieto sem expor essa angustia pra alguém. Evite ficar sozinho, mesmos que sinta vontade! Procure alguém para desabafar.

Nem sempre é possível curar ou resolver uma necessidade apresentada, mas é sempre possível cuidar, escutar e contribuir para amenizar o sofrimento do outro. Até porque, quem adoece, adoece como um todo e repercute..., no corpo, na alma, na vida. Junto com alguém que sofre, sofrem os que o amam.

VIVER É A MELHOR OPÇÃO SEMPRE!!!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S. O Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. In: O que ler na ciência social brasileira 1970-2002. Volume IV. Organizado por Sérgio Miceli.

ALEMANY, Carme. Violências. Dicionário crítico do feminismo/Helena Hirata... [et al.] (orgs.). – São Paulo: Editora UNESP, 2009.

ALMEIDA, Suely Souza de. A violência de gênero como uma violação dos direitos humanos: a situação brasileira. II Jornada Internacional de Políticas públicas. São Luís – MA, 23 a 26 de agosto 2005.

AMORIN, M.S. Homens e violência de gênero. Instituto NOOS, 2003.

ARENDT, Hannah. Da violência. Tradução: Maria Claudia Drummond, publicação Original: 1969/ 1970. Data da digitalização 2004.

Bagle, 2006

BALESTERO, Gabriela Soares. O papel feminino na política brasileira. Mandrágora, v.17. n. 17, 2011, p. 147-156

BANDEIRA, Maria Lourdes; ALMEIDA, Tânia Mara Campos. Vinte anos da convenção de belém do pará e a lei maria da penha. Estudos Feministas, Florianópolis, 23(2): 352, maio-agosto/2015.

BARNES, J. A. Redes Sociais e Processos Políticos. In: FELDMAN- BIANCO, B(org). Antropologia das Sociedades Contemporâneas. S.Paulo. Global, 1987

BIJOS, Leila. Violência de gênero: crimes contra a mulher. Contexto e Educação – Editora UNIJUÍ – Ano 19 – nº 71/72 – Jan./Dez. 2004 – P. 111 – 128

BOURDIEU, P. A dominação masculina. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRASIL. Minas Gerais adere ao Mulher, Viver sem Violência. 2013

BRASIL. Ônibus é usado para atender as mulheres do campo. Secretaria de Políticas para Mulheres. 2013

BRASIL. Ônibus é usado para atender as mulheres do campo. Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres, 2013. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/09/onibus-e-usado-para-atender-as-mulheres-do-campo>.

BRASIL. Unidades Móveis para atendimento a mulheres em situação de violência no campo e na floresta. Secretaria de Políticas para as Mulheres. 2015

BRASIL, Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 2011.

Brasil – SPM. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.

CINTRÃO, Rosângela Pezza. In: O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010 / Organização: Leila Linhares Barsted, Jacqueline Pitanguy – Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. 436p.

Conceição, A. C. L. (2009). Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção - RBSE*, 8(24), 738-757

CRESPI, Franco. Manual da sociologia da cultura. Editorial estampa. 1997.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. 2011. Disponível em: <http://www.geledes.org.br>.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros; crime, segregação e cidadania em São Paulo Trad. de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro São Paulo, Ed.34 / EDUSP, 2000.

DEBERT, Grin Guita; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero novas propostas, velhos dilemas. *RBCS Vol. 23 n° 66* fevereiro/2008

ENNE, Ana Lúcia S. Conceito de rede e as sociedades contemporâneas. *Comunicação e Informação*, V 7, n° 2: pág 264 - 273. - jul./dez. 2004.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e Políticas Públicas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12 (1) : 360, janeiro-abril/ 2004

FERREIRA, Claudia; BONAN, Cláudia. *Mulheres e Movimentos*. Rio de Janeiro, 2013

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. In.: OLIVEN, Ruben. *Violência e Cultura no Brasil*, Rio de Janeiro, 2010.

GOUVEIA, T.; CAMURÇA, S. O que é gênero. (Org.). *SOS CORPO Gênero e Cidadania*, Recife, 1997.v. 1, p. 7-27.)

GRACIANO, Miriam. A teoria biológica de Humberto Maturana e sua repercussão filosófica. Belo Horizonte: UFMG / FAFICH, 1997.

GREGORI, Maria Filomena. As desventuras do vitimismo. *Estudos Feministas*. N.1. 1993.

GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero, novas propostas, velhos dilemas. *RBCS Vol. 23 n° 66* fevereiro/2008.

GROSSI. A rede de atendimento à mulher em situação de violência no meio rural: desafios para a intervenção profissional, 2013.

GROSSI, Miriam Pilar. *Masculinidades: uma revisão teórica*. 2004.

GUERRA, Cláudia. Política pública pela não violência à mulher, conjugal e familiar: a experiência pioneira da PAM - Patrulha de Atendimento Multidisciplinar de Uberlândia-MG. 2012

KINUPP. Juliane Elisa. Violência contra a mulher em Pinheiral: O Movimento Social na construção de formas de enfrentamento da Questão. *Volta Redonda*, 2005.

LEITE, Maísa. Ocorrência de violência contra a mulher nos diferentes ciclos de vida. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, jan.-fev. 2014; 22 (1): 85-92.

- LEONORA, Rezende Pacheco. A prática assistencial na rede de enfrentamento da violência contra as mulheres em Palmas/TO. Goiânia, 2015
- LIMA, Antônio José Tavares. Violência e cultura brasileira. 2011.
- LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 176p.
- MARQUES-PEREIRA, Bérengère. Cidadania. In: Dicionário crítico do feminismo/Helena Hirata...[et al.] (Orgs.). – São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- MATURANA, H. Biología y violencia. In.: CODDOU, F. et al. Violencia; en sus distintos ámbitos de expresión. Santiago de Chile: Dolmen, 1995, p. 80 e p. 81.
- OLIVEIRA, Caroline Schweitzer. Redes de atenção a violência [recurso eletrônico] / Universidade Federal de Santa Catarina; organização, Caroline Schweitzer de Oliveira, Carmem Regina Delzivo, Josimari Telino de Lacerda. — Florianópolis : Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. 40 p.
- OLIVEIRA, Walter. Uma abordagem sociológica da violência. Saúde Soc. São Paulo. v. 17, n.3.p.42-53, 2008.
- ONUBR. Nações Unidas no Brasil. ONU: Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução. 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-femicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>.
- PACHECO, a prática assistencial na rede de enfrentamento da violência contra as mulheres em Palmas/TO. Goiânia, 2015.
- PASINATO, Wânia. Contribuições para o debate sobre violência, gênero e impunidade no Brasil. São Paulo em Perspectiva, v. 21, n. 2, p. 5-14, jul./dez. 2007.
- PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro. Paz e terra, 1988.
- PINTO. Céli Regina Jardim. Uma História do Feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- RAGO. Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós)modernidade no Brasil. Cadernos AEL, n. 3/4, 1995/1996
- Relatório de Pesquisa IPEA. Marcha das Margaridas: perfil socioeconômico e condições de vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta. Rio de Janeiro, 2013).
- SAFFIOTTI, Heleieth. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.
- SAFFIOTTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Cadernos pag., 2001: pp. 115-136.
- SCOTT, J. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre: v. 16, n.2, 1999

Sérgio Adorno: Reflexões sobre a violência e a intolerância na sociedade brasileira(2005)

SILVA, Amanda Alves da. A atuação das redes sociais no enfrentamento da violência conjugal contra as mulheres: Um estudo nas cidades de Cachoeira e São Félix – Bahia. Salvador – BA 2016.

SORIA, Heliana. Expressões da violência no Brasil. V Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011.

TRAT, Jossette. Movimentos sociais. In: Dicionário crítico do feminismo/Helena Hirata...[et al.] (Orgs.). – São Paulo: Editora UNESP,2009.

Tupy, Ismênia. História e documento e metodologia de pesquisa. Belo Horizonte; Autêntica, 2007.

VELLOSO, Bruna. A violência contra mulher no município de Rio das Ostras e a atuação da Casa da Mulher: analisando percalços, limites e potencialidades. Rio das Ostras, 2013.

VITORIO, Cinthia de Mello. A aplicabilidade da Lei Maria da Penha (11.340/06) no enfrentamento da violência de gênero: Uma análise da Suspensão Condicional do Processo. RIO DE JANEIRO 2010

WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2015: Homicídios de Mulheres no Brasil.1ª edição, Brasília – DF, 2015.

ZUMA, Carlos Eduardo. A visão sistêmica e a metáfora de rede social no trabalho de prevenção de violência intrafamiliar em comunidades. Nova Perspectiva Sistêmica, ano XIII, nº. 23, Fevereiro, 2004.